

Departamento de Sociologia

Infidelidade – Atitudes e representações contemporâneas

João Sérgio da Cunha Freire

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia e Planeamento

Orientador:

**Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

Co-orientador:

**Doutora Helena Maria Barroso Carvalho, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

Outubro, 2012

**“Jura que não vais ter uma aventura
Dessas que acontecem numa altura
E depois se desvanecem
Sem lembrança boa ou má
E por isso mesmo se esquecem...”**

Carlos Tê / Rui Veloso (excerto da música “Jura”)

Agradecimentos

À minha família, aos meus amigos e a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Em especial, à professora Maria das Dores Guerreiro e à professora Helena Carvalho, com quem tive a felicidade de trabalhar.

Por último, à memória da professora Ana Cristina Lobo Lopes, que muito me motivou para concluir esta etapa académica.

Este trabalho é vosso.

Muito Obrigado.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	1
I.Índice de tabelas.....	3
II.Índice de figuras	3
RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO	6
CAPITULO I – A INFIDELIDADE CONTEMPORÂNEA	8
1.1: Infidelidade: abordagens teóricas	8
1.2: Enquadramento concetual: de “Adultério” a “Infidelidade”	9
1.3: Tipos de relações Extraconjugais	11
1.4: A tensão entre autonomia pessoal e vida conjugal	12
1.5: As formas de autonomia no espaço relacional.....	13
1.6: A vivência individual da sexualidade	15
1.7: Género – elemento estruturante do espaço privado	16
CAPITULO II – A PROBLEMÁTICA EM ESTUDO.....	20
2.1: Princípios da investigação e pergunta de partida	20
2.2: Modelo de Análise	21
2.3: Hipóteses em estudo.....	23
2.4: Caracterização sociográfica da amostra.....	24
CAPITULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	27
3.1: Impacto das variáveis de caracterização nas atitudes e representações sobre a infidelidade.....	27
3.2: Conceções relacionais determinantes das atitudes e representações sobre a infidelidade	29
CAPITULO IV – CONCLUSÕES	36
Bibliografia	38
ANEXOS	42

I. Índice de tabelas

Tabela 2.4.1. Perfil sociográfico da amostra.....	25
Tabela 2.4.2. Perfil relacional da amostra	26
Tabela 3.1.1. Determinantes das atitudes e das representações sobre a infidelidade	28
Tabela 3.2.1. Concepções relacionais determinantes das atitudes sobre a infidelidade	30
Tabela 3.2.2. Concepções relacionais determinantes das representações sobre a infidelidade	33

II. Índice de figuras

Figura 2.2.1. Modelo de Análise	23
---------------------------------------	----

RESUMO

A infidelidade nas relações amorosas e conjugais é um tema bastante presente na sociedade do nosso tempo, sendo debatida no dia-a-dia em múltiplos contextos. A presente dissertação inscreve-se na área da Sociologia da Família e ao analisar as atitudes e representações individuais sobre a infidelidade no casal, teve como objetivo a compreensão do campo de influências sobre esses comportamentos. A investigação visou, antes de mais, analisar a que fatores são associadas atitudes e representações individuais sobre a infidelidade, testando o efeito de elementos fundamentais na vida privada contemporânea como o sexo, a idade, as habilitações literárias, a situação relacional dos indivíduos, bem como as suas conceções relacionais.

O estudo assentou em metodologias quantitativas, tendo por base um inquérito por questionário aplicado a indivíduos maiores de 18 anos e analisado recorrendo a análises regressivas através do SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Os resultados a partir da análise científica efetuada permitem compreender que o pensamento sobre a infidelidade nos nossos dias decorre das conceções perfilhadas acerca da vida em casal e das relações de género, ancoradas em eixos de autonomia ou instrumentalidade e em tendências mais associativas ou fusionais, inerentes a perfis sociais diferenciados por parte dos indivíduos inquiridos, contribuindo assim para um conhecimento mais rigoroso e abrangente sobre o tema.

O interesse científico deste trabalho baseia-se não só na singularidade da temática em si, como também na necessidade de, numa conjetura em que a conjugalidade, a sexualidade e a vida amorosa se caracterizam por grandes transformações a nível das relações homo e heterossexuais, reforçar a introdução do tema da infidelidade na análise sociológica em Portugal.

Palavras-chave: *Género, Idade, Habilitações literárias, Situação relacional, Conceções relacionais, Infidelidade*

ABSTRACT

In nowadays society, infidelity in love or marital relationships is a subject often discussed and debated in various contexts. The present essay qualifies as a study on the Sociology of Family area and by analyzing individual attitudes and representations on infidelity, aims to understand the influence field on those behaviors. The investigation intends to analyze which elements are linked to the individual attitudes and representations of infidelity, testing the effect of fundamental elements in contemporary's private life such as gender, age, academic qualifications, relationship status as well as their relational conceptions.

The study relies on quantitative methodologies, having for basis an inquiry applied to individuals above 18 years old, which was analyzed through different regression analysis on SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). The results obtained through the scientific analysis performed allow us to understand that the reflection about infidelity, on our days, comes from our inner conceptions about couple's lives and gender relationships, which are based on axis of autonomy or instrumentality and in more associative or fissional tendencies. These tendencies are connected to the different social profiles of the people inquired, and contribute to a more thorough and broader range of knowledge on the subject.

The scientific value of this essay exceeds the singularity of the theme in itself once the transformations in homo and heterosexual relationships in what concerns to conjugality, sexuality and love reinforced

Keywords: *Gender, Age, Academic qualifications, Relationship status, Relational conceptions, Infidelity*

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX revelou-se uma época marcante quanto à alteração dos modelos familiares nas sociedades ocidentais. Além das mudanças qualitativas no divórcio e na conjugalidade em geral (Roussel, 1992), as últimas décadas consumaram a transformação da vida privada num espaço onde se concentram as expectativas de felicidade e realização pessoal, ditando o seu afastamento em relação à visão da vida familiar baseada em interesses e fatores de ordem monetária. A vida privada contemporânea passou a dividir-se entre o ideal de fusão afetiva e o investimento acentuado na individualidade, acompanhado pela procura da satisfação erotizada da paixão amorosa. Esta dualidade é consequência do processo de «desinstitucionalização» do casal e da importância adquirida pela componente sentimental nos nossos dias (Aboim, 2011). Por outro lado, o movimento de individualização da sexualidade foi decisivo para uma crescente autonomia e diversificação de trajetórias sexuais, contribuindo para a afirmação do prazer e das experiências individuais como elementos legitimadores da sexualidade (Bozon, 2003).

Em Portugal, as mudanças na vida privada confundem-se com as mudanças registadas a nível político. Durante o regime ditatorial do Estado Novo, as relações amorosas no nosso país eram marcadas por um código moral bastante rígido baseado nos deveres do pudor e da castidade. Como tal, as relações sexuais eram concretizadas apenas no âmbito do casamento e as mulheres que perdessem a sua virgindade num período anterior ao mesmo, seriam não só desvalorizadas socialmente como seria também permitida a anulabilidade legal do casamento, através do Código Civil. O próprio Estado Novo procurava regular os comportamentos femininos no relacionamento com o sexo oposto, valorizando o papel das mulheres enquanto guardiãs da moral, dos bons costumes e da estabilidade do lar que viessem a formar. Em resultado, os namoros constituíam uma instituição com regras claras – «namorava-se para casar» -, alvo de vigilância familiar apertada e eram utilizados na reprodução do ideal corporativo da família do Estado Novo, que concebia essencialmente para as mulheres a maternidade enquanto para os homens, «ganhar o pão» e vigiar o comportamento da mulher. A Revolução de Abril de 1974 marcou um novo rumo na vida privada em Portugal. A rutura com as conceções do Estado Novo foi feita a partir desse momento através da crescente autonomia e igualdade concedida às mulheres, pela importância adquirida da realização pessoal e no geral, pelo questionamento dos papéis e identidades tradicionais. Por outro lado, o fenómeno de «erotização» da conjugalidade, a «informalização» das formas de constituição do casal, a par da diminuição do controlo social e do alargamento do leque dos comportamentos socialmente corretos permitiram criar novos ideários de relação (Aboim, 2011).

As alterações no *modus vivendi* do espaço privado transformaram também o panorama demográfico. Com efeito, o casamento tornou-se tardio, menos frequente e com uma durabilidade mais limitada (Leite, 2004, Fernandes, 1994, Roussel, 1992), não promovendo de forma obrigatória nem a parentalidade, nem a existência de famílias numerosas em grande proporção (Ferreira, 2004).

Esta acentuada conjectura de mudança foi acompanhada por um forte decréscimo das taxas de natalidade e de fecundidade (Leite, 2004, Fernandes, 1994). Outra tendência demográfica bastante evidente passa pelo aumento contínuo e sustentado do número de divórcios (Leite, 2004, Fernandes, 1994, Roussel, 1992) do qual foi consequência o decréscimo da família nuclear típica e a subida significativa na proporção de grupos domésticos monoparentais e casais sem filhos (Aboim, 2003). Concomitantemente, as modalidades da conjugalidade como a união de facto ou a coabitação assumiram um impacto maior na organização da vida privada (Leite, 2004, Fernandes, 1994, Aboim, 2003), sendo de relevar a particularidade da coabitação, que se impõe cada vez mais com um carácter tão definitivo como o casamento (Ferreira, 2003) e tem contribuído para o aumento do número de filhos fora do âmbito matrimonial (Leite, 2004, Fernandes, 1994, Roussel, 1992).

A influência da organização da sociedade (Poeschl, 2000) e também o impacto das condições históricas (Durkheim, 1895 citado por Singly, 2009) sobre as estruturas familiares foi assim, decisiva para a alteração profunda nas concepções, valores e formas de conjugalidade que se tem vindo a verificar nas últimas décadas (Leite, 2004).

Tendo em conta a existência de um modelo da vida privada bastante distinto na atualidade, este trabalho tem como objetivo a análise do campo das influências relativamente às atitudes e perceções dos indivíduos sobre a infidelidade. A norma da fidelidade tem vindo a alterar-se na sua forma e conteúdo, entrando em rutura com o seu cariz comunitário, religioso e social que durante um longo período histórico assumiu a proteção do casamento enquanto instituição base da vida social (Bozon, 2003).

Esta investigação constitui um desafio e uma mais-valia para o conhecimento científico da Sociologia e divide-se em quatro capítulos distintos.

No primeiro, será abordada a infidelidade numa perspetiva teórica e que se insere no contexto das relações amorosas contemporâneas.

O segundo capítulo consiste na explicitação das questões metodológicas e na delimitação do objeto de estudo.

No terceiro capítulo será disseminado o campo de influências das atitudes e representações sobre a infidelidade, através da análise e discussão dos resultados da investigação efetuada.

Finalmente, no quarto e último capítulo, serão elaboradas as conclusões gerais relativamente ao trabalho efetuado.

CAPITULO I – A INFIDELIDADE CONTEMPORÂNEA

1.1: Infidelidade: abordagens teóricas

Atualmente debater a infidelidade nas relações conjugais e amorosas é ter em consideração a existência de várias visões teóricas.

A infidelidade assume-se em primeira instância, como uma manifestação individual em rutura com as orientações da vida privada ao nascer da necessidade de cumprir uma existência exterior à relação a dois e culminar na construção de uma «segunda vida», «oficiosa», secreta e paralela relativamente à vida familiar e conjugal (Singly e Vatin, 2005).

Concomitantemente, a infidelidade conjugal define-se desde logo como um comportamento de transgressão a uma norma privada e interna que consta no “contrato” das relações conjugais: o dever de fidelidade (Bozon, 2003).

Se o enfoque analítico for colocado no significado de um comportamento de infidelidade, as relações exteriores ao casamento podem ser representativas da perda de relevância do coletivo conjugal sobre o mundo individual e um desafio aos padrões convencionais de organização da vida privada (Schwartz, 1990 citado por Singly e Vatin, 2005).

A infidelidade pode ser entendível enquanto «traição» não apenas no plano sexual mas também no plano amoroso, pela valorização que a componente afetiva tem vindo a adquirir do ponto de vista relacional (Singly e Vatin, 2005). Por outro lado, outros autores referem que o propósito principal dessa relação exterior a uma relação amorosa passa por fugir da monotonia, da rotina e do dever conjugal (Alberoni, 2008).

Atualmente, a norma da fidelidade é um dos muitos instrumentos de avaliação e negociação dentro da relação a dois, permitindo a interpretação dos comportamentos dos seus elementos. Em resumo, «ser fiel» é nos nossos dias, “uma das cláusulas presentes no contrato conjugal” (Bozon, 2003). Contudo, apesar do dever da fidelidade não só continuar consagrado no casamento à luz da lei¹ como também permanecer previsto por outras instituições de regulação da vida privada, a norma não diz respeito nem à moralidade nem à manutenção da ordem social, como era apanágio do passado. No presente, «ser fiel» passa muito mais pelo respeito ao(à) parceiro(a) ou ao(à) cônjuge e à relação que os une. Deste modo, a norma da fidelidade constitui um meio importante de regulação da relação amorosa e a sua centralidade no âmbito relacional só se alterará na existência um processo de negociação conjunto na esfera do casal.

No que concerne a elementos distintivos, sobressaem duas particularidades que demarcam as

¹ **ARTIGO 1672.º**

(Deveres dos cônjuges)

Os cônjuges estão reciprocamente vinculados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência.

(Redacção do Dec.-Lei 496/77, de 25-11)

relações deste tipo de outras atividades exteriores à vida familiar e conjugal como as atividades profissionais ou de lazer. Em primeiro lugar, ter um(a) amante pressupõe, a existência e partilha de práticas socialmente estabelecidas como exclusivas e não negociáveis na existência do casal conjugal – as relações sexuais. Em segundo lugar, é também característico da infidelidade, o secretismo e consequente desconhecimento do parceiro quanto à sua existência, resultante da complexidade em conciliar o papel conjugal com o papel de amante, duas realidades antagónicas e em conflito: por um lado, a vida conjugal que garante estabilidade e responsabilidade; por outro, a satisfação das necessidades sexuais e da rutura com as obrigações e rotina conjugal.

Na sua essência, os comportamentos extraconjugais dividem-se em dois tipos de relacionamento: um mais momentâneo e que enfatiza a importância da sexualidade e outro em que a extraconjugabilidade se confunde com o sentimento amoroso (Singly e Vatin, 2005).

1.2: Enquadramento concetual: de “Adultério” a “Infidelidade”

Nas sociedades burguesas do século XIX, o termo «adultério» foi utilizado para classificar as relações extraconjugais, uma vez que as relações exteriores ao casamento eram encaradas como uma forma normal de gestão da sexualidade e das necessidades afetivas no masculino (Corbin, citado por Vatin 2002).

Apenas durante o século XX a legitimidade dos comportamentos extraconjugais foi verdadeiramente posta em causa, fruto da redefinição dos papéis conjugais ao nível do género, da consagração do amor como elemento regulador e da integração da sexualidade na vida privada (Vatin, 2002).

Essas mudanças alteraram o teor conceptual das relações extraconjugais e inscrevem-se no processo evolutivo das relações familiares, que teve por base a “produção social da compatibilização entre vida conjugal e a valorização das relações entre os indivíduos” (Singly, 2009). Fruto do processo de individualização na vida familiar em marcha a partir de meados do século XIX, a família contemporânea passou a desempenhar um papel fundamental no processo de construção da identidade dos seus elementos (Dubar, 1991 citado por Singly, 2009). Os indivíduos e os laços individuais assumem uma maior preponderância no funcionamento das estruturas familiares, reforçando o meio familiar enquanto espaço privilegiado no desenvolvimento e proteção da individualidade. Ao contrário do que se verificava nas sociedades burguesas do século XIX, onde os interesses familiares se sobrepunham aos interesses individuais, o século XX possibilitou maiores possibilidades de compatibilização da vida privada com a expressão pessoal e individual, tornando-a parte integrante nas dimensões da satisfação individual e autorrealização dos indivíduos. Assim, se “na família tradicional, os indivíduos estavam ao serviço do grupo, na família individualista a família está ao serviço dos indivíduos” (Singly, 2009).

Neste contexto de mudança, também os padrões da vida íntima se alteraram de sobremaneira.

O caso da sexualidade, que adquiriu uma importância decisiva na vida conjugal fruto da influência das regulações macrosociais (Weeks & Holland, 1996), demonstra de forma eficaz a influência do desenvolvimento do processo de individualização no funcionamento da vida privada. A sexualidade tornou-se fator inerente à individualidade de cada um dos elementos da relação amorosa, deixando de ser concebida enquanto um «direito» somente adquirido através do matrimónio.

Em síntese, a sexualidade possui hoje uma importância cabal na constituição e manutenção do casal. Com efeito, encontra-se inscrita nos códigos e regras inerentes ao funcionamento da relação conjugal e possui um significado privado, afetivo e relacional pela sua importância simbólica como ato de legitimação do casal. Ao contrário do que se verificava no passado, a dimensão sexual tornou-se uma prática exclusiva e não negociável dentro da relação a dois e servindo como elemento de gestão da relação. A sexualidade é percebida duplamente enquanto ritual de confirmação e motor interno da conjugalidade com uma função autónoma e objetiva na construção identitária (Bozon, 2003).

A vida privada é também marcada pela difusão do “ideal de casamento por amor”, que inverteu completamente a sua lógica tradicional e tornou a dimensão amorosa numa instituição das relações conjugais contemporâneas por ser legitimadora de escolhas e comportamentos (Aboim, 2006). Consequentemente, o amor tornou-se um valor afetivo com influência na organização familiar (Machado Pais, 1985) e uma das múltiplas dimensões das relações sociais, capaz de exercer uma enorme influência sobre a família, o lazer e o trabalho (Torres, 2007).

Em jeito de balanço, a grande maioria das visões sobre o amor contemporâneo sublinham a “construção social do sentimento amoroso”, que fundamentou a escolha amorosa como principal critério de formação de um casal (Aboim, 2006). Como consequência, as relações conjugais obedecem à lógica dos sentimentos em detrimento do «casamento por interesse», apanágio do século XIX e determinado por questões de *status* social e alianças de grupo (Machado Pais, 1985). O resultado destas mutações passa pelo papel de relevo conquistado pela componente afetiva na escolha, fundação, manutenção ou rutura das relações conjugais. (Singly, 2009).

O processo de individualização das relações familiares, aliado à liberalização do acesso ao mercado de trabalho e à escolarização levou também à alteração dos papéis de género dentro do casal. Neste caso, a grande mudança dá-se no feminino: as mulheres deixaram de ser observadas somente enquanto «esposas» ou «mães», combinando uma maior diversidade de papéis sociais e gozando de uma crescente autonomia e independência, mesmo quando inseridas na realidade conjugal (Singly, 2009). Esta visão entra em rutura com a diferenciação de funções de homens e mulheres no espaço familiar, características da sociedade burguesa, onde cabia aos homens ter uma atividade remunerada, de modo a suprir as necessidades materiais da família, enquanto as mulheres estariam confinadas ao papel de cuidar do lar e dos filhos (Parsons e Bales, 1955).

Por todos estes fatores, que colocaram em marcha uma autêntica revolução na vida íntima no século XX, o significado conceptual das relações extraconjugais foi alterado levando a que esses

comportamentos sejam observados socialmente enquanto ilegítimos e tratados como uma infidelidade e uma «traição» ao(à) companheiro(a) em contexto conjugal (Vatin, 2002).

1.3: Tipos de relações Extraconjugais

Ao nível da tipologia das relações extraconjugais, é possível distinguir pelo menos três tipos de associações possíveis entre amantes, que se diferenciam ao nível da sua natureza, forma, duração e contexto espacial.

O primeiro tipo de relação extraconjugal caracteriza a vivência de uma relação de forma secreta e oficiosa conjugada com a existência da vida familiar, gerando uma «vida dupla» paralela ao mundo conjugal. A vivência de uma «vida dupla» pressupõe a existência de posições ambíguas dentro da relação conjugal: por um lado, a satisfação visível relativamente ao desempenho do papel conjugal enquanto esposa ou marido e por outro, uma insatisfação latente do ponto de vista relacional, o que instiga à prática de comportamentos de infidelidade conjugal. Comparativamente aos outros tipos de relação extraconjugal, a «vida dupla» implica um maior período de tempo passado com o(a) amante. A prática deste tipo de comportamentos tem lugar num contexto privado, com uma maior influência do quotidiano e do afetivo na própria relação extraconjugal. Estes elementos diferenciadores proporcionam a partilha de hábitos e territórios, gerando um novo espaço privado e comum que reforça a união extraconjugal. Este espaço encontra-se em posição oposta ao espaço familiar, uma vez que na «vida dupla» não assistimos a uma tentativa de regulação do quotidiano por parte dos amantes, nem ao nível dos hábitos, nem ao nível dos comportamentos. É por esse motivo que o papel de marido ou esposa não é normalmente confundido com o de amante devido às diferenças na tipologia das relações. Essas diferenças conduzem à relatividade na interpretação das práticas e comportamentos em comparação com a relação conjugal: aquilo que se assume primordial na vida familiar torna-se secundário na vida extraconjugal ou vice-versa. O tempo – menor em comparação com a vida conjugal – é aproveitado com maior intensidade e com um investimento individual calculado e com ênfase em atividades partilhadas entre os amantes, relegando a vida quotidiana para uma posição marginal.

O segundo tipo de relação extraconjugal é percecionado enquanto «crise conjugal global». Muito mais vulgar no sexo feminino, as relações extraconjugais podem ser entendidas como um teste comparativo entre o(a) parceiro(a) oficial e um(a) amante. Contrariamente à «vida dupla», a dualidade é apenas provisória uma vez que o resultado dessa comparação precede a rutura com uma das relações: a oficial ou a oficiosa. Neste caso, a prática da relação extraconjugal é observada como etapa de transição e decorre normalmente num contexto variável seja ele privado ou impessoal.

Por último, o terceiro tipo de relação extraconjugal consiste num complemento à vida conjugal através da componente estritamente sexual. Estes são mais comuns nos indivíduos de sexo masculino, os comportamentos de infidelidade são vivenciados através de uma via iminente sexual onde o(a) amante é percecionado(a) enquanto parceiro(a) sexual, não implicando a vivência de duas vidas

separadas e paralelas. Neste caso, os amantes privilegiam os espaços impessoais, neutros e em oposição ao espaço conjugal, relevando a dimensão sexual e facilitando a existência separada e exclusiva dos amantes (Singly e Vatin, 2005).

1.4: A tensão entre autonomia pessoal e vida conjugal

Nas sociedades ocidentais, o casamento e a própria família corroboram a existência monogâmica, na qual é ilegal estar simultaneamente casado com mais de um cônjuge. Porém, a poligamia era permitida na grande maioria das sociedades na metade do século XX, sendo possível distinguir entre formas de poliginia (um homem ser casado com mais de uma mulher ao mesmo tempo e poliandria, na qual a mulher pode ter dois ou mais maridos simultaneamente (Giddens, 2004). A nível legal, “casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida²”. Porém, casamento é entendido a nível sociológico como produto de interações regidas por normas de regulação (Burgess, 1960, Kellerhals, 1982), sendo simultaneamente defendido o seu papel enquanto produtor de sentido e identidade (Berger e Kellner, 1964). Por outro lado, reproduz a própria estrutura da divisão social e sexual do trabalho (Chaudron, 1984, Kergoat, 1984, Barrère-Maurisson, 1984) e encontra-se também intrinsecamente relacionado com estratégias e lógicas de reprodução social (Bourdieu, 1972). Deste modo, a esfera familiar e conjugal abrange as relações e trajetórias sociais de género e o processo de socialização na família contribui para a transformação dos indivíduos em seres sociais (Comte, 1890).

O casamento é uma fonte produtora de realidade não somente no domínio simbólico mas também ao nível das condições materiais estabelecendo a família enquanto meio de garantia de segurança económica (Machado Pais, 1996). Na realidade, o casamento exerce uma influência direta sobre as condições materiais de existência, como por exemplo no que diz respeito à redistribuição de recursos, criando um sistema específico de possibilidades e limites de ação, produzindo dinâmicas e constrangimentos específicos. (Ferreira de Almeida, 1995).

Deste modo, a conjugalidade engloba processos sociais atuais como a valorização da igualdade de género, a realização individual e a existência de uma intimidade negociada. (Aboim, 2006). Na sociedade individualista, uma das questões mais decisivas do ponto de vista relacional passa pela compatibilização entre as formas de vida comum e a expressão da autonomia e independência individual. Ter um papel individual desempenhado à margem da existência do casal ganhou maior legitimidade nas últimas décadas, o que necessariamente deve ser conciliado com as práticas e a vivência do casal no espaço familiar (Singly, 2009). A necessidade de conciliação entre projetos individuais e coletivos constitui, portanto, uma ameaça à estabilização do casal.

Nesse âmbito, as representações ligadas às relações familiares dependem não só de dimensões

² ARTIGO 1577.º do Código Civil

contextuais específicas como os recursos, tempo histórico e a cultura como também da valorização de dimensões existenciais e identitárias.

A construção destas orientações é feita através de um processo de negociação interno mediado pelas assimetrias de poder dentro do casal. Em resultado desse fator, a realidade identitária conjugal é formada a partir das tensões e também das consonâncias existentes entre a identidade individual («eu») e a coletiva («nós-casal»). O carácter dúbio da vida conjugal, percecionada simultaneamente enquanto refúgio e fator de segurança em relação à vida em sociedade e também como elemento de constrangimento e inibidor das liberdades individuais é também central na questão dos comportamentos extraconjugais.

A individualidade dos elementos integrantes na relação conjugal é condicionada através da secundarização das práticas e liberdades individuais relativamente às práticas conjugais, causando a insuficiência no modo de construção identitária do casal que se revela o ponto de partida para os comportamentos de infidelidade. Ao contrário da vida conjugal, onde a objetivação da identidade do «nós-casal» é efetuada através de rotinas, práticas e de uma existência coletiva que «sacrifica» a individualidade dos cônjuges, ter um(a) amante tem o efeito oposto, pois tem como função possibilitar a autonomia pessoal e a expressão identitária (Singly e Vatin, 2005). Assim, as relações extraconjugais são o ponto de partida para um processo de valorização e sobreposição da individualidade em relação ao coletivo (Olivier Schwartz, 1990 citado por Singly, 2009) e desafiam o modelo convencional de organização da vida privada (Vatin, 2002). Na verdade, ter uma relação exterior ao casamento é uma reivindicação individual com um enfoque na autonomia e nas práticas individuais, uma vez que o(a) amante pertence a um novo espaço, distinto do conjugal onde é expressada a individualidade, seja por via da sexualidade ou através de outras práticas partilhadas. As relações desta índole são entendidas como um “espaço de liberdade” pelo menor tempo investido no papel de “amante” que limita a possibilidade de comunhão de hábitos rotineiros e salvaguarda a sensação de fechamento que são característicos do papel de marido ou esposa (Singly e Vatin, 2005). A constituição de uma relação extraconjugal é uma resposta às múltiplas exigências geradas não apenas pela família e pela vida a dois, mas sobretudo pela necessidade de conciliar unidade, estabilidade e fechamento com autonomia e individualidade (Singly, 2009). O facto de se ter um(a) amante é portanto, uma manifestação de autonomia no seio das relações conjugais e uma reivindicação de práticas individuais e consequentemente, de uma existência exterior ao casamento (Singly e Vatin, 2005).

1.5: As formas de autonomia no espaço relacional

Aprofundando a questão, percebe-se que devido à natureza dos desafios impostos pela igualdade de género, a uma visão dinâmica da relação e ao processo de individualização da vida privada, um dos grandes desafios do casal contemporâneo passa por conciliar o “ideal de fusão afetiva” com as expectativas de investimento na realização individual (Aboim, 2006). Como tal,

existem pelo menos três formas específicas de construir a autonomia na vida a dois.

A primeira associação “tece-se entre orientações amorosas ultrarromânticas ou muito apaixonadas e estilos de funcionamento conjugal fortemente fusionais, em que a autonomia pessoal é discursivamente minimizada” (Aboim, 2006). Neste particular, existem duas formas de viver a vida a dois: a «aliança romântica» e o «companheirismo apaixonado». No primeiro caso, será uma relação com um laço amoroso forte, mais institucionalista quanto às relações de gênero, sublinhando as diferenças entre masculino e feminino e baseando a relação na complementaridade de gênero de que o próprio amor (estático, intuitivo, quase místico e pouco sexualizado) se alimenta. Muito fechado ao exterior, este tipo de relação promove uma diferenciação de responsabilidades, competências, de tarefas, identidades e aspirações baseadas no gênero. O cotidiano alimenta-se destas diferenças de papéis baseadas no gênero e promove uma elevada dependência instrumental entre o casal tornando inseparáveis os aspetos emocionais da fusão conjugal e a produção da vida quotidiana. Este tipo de associação entre a autonomia e a conjugalidade é mais tradicional, protetor do casamento enquanto instituição pela distinção clara entre «mulher-mãe» e o «homem-responsável, fonte de segurança para a família». Quanto ao «companheirismo apaixonado», possui uma lógica mais modernista que mistura companheirismo e sentimento, desenvolvendo uma maior igualdade de gênero. É um tipo de relação que se distingue pela valorização da paixão na construção da relação conjugal, focando-se na intimidade emocional entre o casal. Este tipo de relação é mais exigente ao nível da comunicação e de cooperação instrumental entre os seus elementos, dado que se baseia na junção de rotinas quotidianas e é construída num clima de paridade de gênero, de apoio e concertação conjugal, elementos primordiais na relação.

A segunda articulação destaca a cumplicidade entre orientações amorosas cimentadas sob a valorização do «amor-amizade» — menos romântico e menos fusional na sua configuração — e estilos de funcionamento conjugal capazes de abrir campo para a expressão da autonomia pessoal (de gênero ou centrada na «proteção de alguma intimidade pessoal»). A amizade como sentimento de união conjugal pode ser expressa de maneiras consideravelmente distintas: «aliança» (mais institucionalista) e «companheirismo» (mais igualitário e orientado para a cooperação). No primeiro caso, a relação é baseada na complementaridade de gênero e na autonomia pessoal fabricada dos espaços e poderes específicos tradicionalmente atribuídos às mulheres. O mesmo é dizer que nesta visão afetiva da conjugalidade são elementos primordiais o espaço doméstico, as competências maternas, as qualidades expressivas que instituem e fundamentam as margens de autonomia pessoal fruto da diferenciação de gênero em papéis e identidades. Quanto ao «companheirismo» de amizade é estruturado a partir da igualdade conjugal e pela partilha de rotinas como base de sustentação conjugal, através de cooperação mútua, partilha de ideais e projetos. Nesse sentido, o projeto familiar acaba por ser o valor dominante da conjugalidade, gerando um equilíbrio variável entre a fusão e a autonomia.

Finalmente, a terceira articulação pressupõe a preservação da autonomia e pode conduzir ao «companheirismo dinâmico» em constante renovação, cúmplice com a passagem de um período de

enamorado inicial mais intensamente amoroso, para um amor preferencialmente sustentado pela amizade. Com esta necessidade de construção identitária individual, o «nós-casal» sai enfraquecido enquanto instância privilegiada de interação e a dinâmica conjugal é alterada levando à construção de formas de afetividade «amicais», menos intensas e também menos exigentes em matéria de disponibilidade. Existe ainda a possibilidade de desenvolver um «amor de alternância», que consiste numa forma mais apaixonada de construir a conjugalidade associativa com base na valorização da autonomia pessoal inserida no interior da própria conceção de afetividade e de relação a dois. O «amor de alternância» mescla companheirismo e amizade com momentos de procura de paixão, valorizando a intimidade e cumplicidade entre o casal, as gratificações sexuais e amorosas da relação que se deseja manter vivas ao longo do tempo e a cooperação «companheirista» e paritária do quotidiano. A própria construção da intimidade surge dependente da paridade e da negociação entre ambos os parceiros e seguindo essa lógica de organização, para haver intimidade fusional e troca emocional intensa é igualmente necessária a preservação de boas margens de independência pessoal. A intimidade baseia-se na independência pessoal, na igualdade e na gestão de diferentes pertenças e instâncias de realização do *self* (Aboim, 2006).

1.6: A vivência individual da sexualidade

A problemática do «individual *versus* coletivo» encontra-se também presente ao nível na dinâmica sexual do casal. De facto, o «novo» lugar da sexualidade dentro do casal contemporâneo representa um foco de tensão permanente (Bozon, 2003). Várias questões são colocadas no que toca à relação com a vertente sexual: à continuidade e estabilidade entre parceiros opõe-se a espontaneidade do desejo; à busca da reciprocidade, opõe-se a procura do prazer individual; à busca da exclusividade, opõe-se a simultaneidade de laços sexuais (Singly e Vatin, 2005). A sexualidade pode-se manifestar de forma explícita e a valorização da estabilidade ou renovação de parceiros sexuais é também variável, dando azo a uma heterogeneidade de interações possíveis entre indivíduo e sexualidade.

Neste sentido, a própria norma da fidelidade é observada de diferentes maneiras de acordo com a interpretação a sexualidade nas trajetórias individuais. Tal como foi analisado, a sexualidade conjugal possui uma significação inerente à realidade afetiva e relacional e neste caso, a fidelidade é um valor absolutamente central porque apesar de não constituir um princípio absoluto, continua a ser uma exigência presente no contrato conjugal entre os cônjuges e a ser utilizado como elemento estabilizador da ordem social. Contudo, em conceções como o «modelo de sociabilidade sexual» a fidelidade é encarada num sentido oposto ao que se verifica na noção de sexualidade conjugal, uma vez que esta vivência valida a predisposição a relações fugazes com uma durabilidade intermitente e desprovidas de qualquer associação à exclusividade sexual. Este tipo de relação é mantido sobretudo devido ao laço e à intimidade que se cria por via do ato sexual, tratando-se portanto de um modo de interpretação da sexualidade que se baseia na renovação constante de parceiros sexuais, na

exteriorização da intimidade e na utilização da sexualidade enquanto meio de aquisição de capital social.

No «modelo da sexualidade individualista», a fidelidade é entendida como uma consequência da vivência do desejo enquanto manifestação individual. Essa leitura mais individualista do prazer é cada vez mais uma realidade nos casais contemporâneos, possibilitando não só a exploração de novos cenários através da conquista como também a existência de relações extraconjugais mesmo nos casais mais estabilizados. Este *modus vivendi* da sexualidade é menos exterior e vivido de forma mais privada, narcisista, intermitente e fechado sobre o indivíduo. A renovação de parceiros sexuais não é indispensável porque o que está em causa é a emergência da satisfação de um desejo de cariz sexual. Por seu turno, os sentimentos podem existir mas estão num plano secundário (Bozon, 2001).

Noutra perspetiva, a importância da exclusividade sexual varia também de acordo com a longevidade do casal. Assim, nos primeiros dois ou três anos da vida comum («casal nascente») a fidelidade adquire uma importância cabal, uma vez que a sexualidade é inteiramente dedicada à construção do casal. Como tal, a frequência elevada de atividade sexual, onde a iniciativa é compartilhada e marcada simultaneamente pela inexperiência dos parceiros e pela reciprocidade das suas tentativas. Quando o casal se estabiliza, o valor atribuído à fidelidade diminui dado que a atividade sexual se torna um ritual privado que consolida e mantém a relação. Ao mesmo tempo, a frequência das relações sexuais diminui na mesma medida que se observa uma diminuição da satisfação sexual. No entanto, à medida que aumenta a duração da vida conjugal, aumentam também as divergências entre homens e mulheres sendo que, a nível sexual, o desejo compartilhado se torna menor. Consequentemente, a apetência para um modelo de desejo individualista passa a ser maior pois a sexualidade transforma-se num ritual de confirmação individual (Bozon, 2003).

1.7: Género – elemento estruturante do espaço privado

O declínio institucional do casamento teve um importante contributo para a existência de uma «sociedade líquida» (Bauman, 2003) e deu origem a uma multiplicidade de formas conjugais e experiências individuais (Ulrich Beck e Beck-Gernsheim, 2002). A instabilidade conjugal é cada vez mais uma característica dos nossos tempos, sendo cada vez menos absoluta a ideia de se ter um casamento estável (Singly, 2009). De resto, as próprias relações amorosas e especificamente o casamento contemplam no seu «contrato» a eventualidade da separação e rutura conjugal³.

³ **ARTIGO 1773.º**
(Modalidades)

1. O divórcio pode ser por mútuo consentimento ou sem consentimento de um dos cônjuges.
2. O divórcio por mútuo consentimento pode ser requerido por ambos os cônjuges, de comum acordo, na conservatória do registo civil, ou no tribunal se, neste caso, o casal não tiver conseguido acordo sobre algum dos assuntos referidos no n.º 1 do artigo 1775.º.
3. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges é requerido no tribunal por um dos cônjuges contra o outro, com algum dos fundamentos previstos no artigo 1781.º.

Neste âmbito, o aumento da instabilidade conjugal nas últimas décadas deriva de diversos fatores que incluem a resistência à rotina e aos hábitos de casal (Alberoni, 2008) e também as mudanças ocorridas nas relações sociais de género (Singly, 2009).

Explorando este último ponto, o género sempre foi um fator de diferenciação na vida privada e produto de processos de socialização (Montagu, 1999 citado por Amâncio, 2001). Em Portugal, existiu durante muito tempo um foco de desigualdade de género na vida privada fruto da matriz de organização familiar imposta pelo Estado Novo. Nesse modelo, a mulher estava voltada exclusivamente para o lar e a maternidade, devia ser “boa dona de casa mas sem maçar os outros com acontecimentos caseiros, compreensiva dos gostos e necessidades alheias, afetuosa para a família do marido, pontual, discreta [...] económica, sincera com bom génio, dócil, seria, confiante, pouco tagarela e não usar batôn” (in Revista Menina e Moça, 1964 citada por Aboim, 2011). Quanto aos homens, possuíam o papel de sustento e representação pública da família, sendo-lhes permitidas todas as liberdades sexuais que ajudassem à sua afirmação no masculino tendo como contrapartida a apetência para o trabalho e a capacidade para escolher uma esposa casta e diligente nas lides domésticas.

Esta divisão de papéis segundo o género reproduz a “moral sexual rígida e conservadora, enquadrada pela ideologia política, religiosa e moral do Estado Novo e que prescreve uma sociedade monogâmica, heterossexual restrita ao casamento e à procriação” (Policarpo, 2011). Com o fenómeno de individualização das relações familiares, o acesso ao mercado de trabalho e às qualificações, as mulheres tornaram-se mais autónomas e independentes (Singly, 2009), passando “de uma ideia de «mulher-natureza», circunscrita no ser e na ação aos condicionamentos biológicos, passámos para uma ideia de «mulher-indivíduo», dona do seu destino, responsável por si e pelos seus atos” (Torres, 2002).

Só através da Constituição Portuguesa de 1976 foi reconhecida a igualdade entre marido e mulher, revolucionando a vida privada e promovendo os valores de igualdade de género no nosso país. Nos nossos dias, os homens possuem uma maior participação na vida familiar (por exemplo ao nível do trabalho doméstico) e a necessidade de ter capacidades expressivas acompanha o léxico masculino (Aboim, 2011) refutando cada vez mais a ideia da distinção dos papéis segundo o género: os de

ARTIGO 1781.º

(Rutura da vida em comum)

São fundamento do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges:

- a) A separação de facto por um ano consecutivo;
- b) A alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de um ano e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum;
- c) A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a um ano;
- d) Quaisquer outros factos que, independentemente da culpa dos cônjuges, mostrem a ruptura definitiva do casamento.

ARTIGO 1782.º

(Rutura do casamento)

1. Entende-se que há separação de facto, para os efeitos da alínea a) do artigo anterior, quando não existe comunhão de vida entre os cônjuges e há da parte de ambos, ou de um deles, o propósito de não a restabelecer.

natureza instrumental no masculino e os de natureza expressiva no feminino (Parsons e Bales, 1955). O desempenho destes papéis orienta as personalidades de modo que, tipicamente, o homem se focalize na realização de objetivos, iniba as suas emoções, aja em função do seu interesse pessoal e estabeleça relações úteis para alcançar as suas metas, enquanto, tipicamente, a mulher é sensível, compreensiva, flexível, preocupa-se com as necessidades afetivas da família, mostra as suas emoções e valoriza os outros pelas suas qualidades pessoais (Lorenzi-Cioldi, 1994).

Ao nível dos comportamentos sexuais as mulheres passaram a ter uma vida sexual mais duradoura, tendo o seu início no período anterior ao casamento e prolongando-se até às idades mais avançadas. A sua atitude tornou-se mais proactiva contribuindo para uma maior satisfação sexual e consequente aproximação entre as práticas sexuais de género. Todavia, apesar da aproximação de trajetórias e experiências individuais é de realçar ainda a existência de uma clivagem acentuada entre homens e mulheres quanto às práticas e disposições relacionadas com a vida íntima. Num estudo realizado em França com o objetivo de estabelecer uma comparação entre as práticas da geração de 70 e 90, as opiniões das mulheres em relação à fidelidade e às relações extraconjugais alteraram-se de sobremaneira, contrariamente ao verificado no caso dos homens: em 1970 a maioria das mulheres definia a infidelidade enquanto algo passível de ser perdoado. Contudo, em 1990 as mulheres inquiridas referiram não aceitar esse tipo de comportamentos, consubstanciando a exigência maior em relação ao parceiro fruto da maior autonomia que o sexo feminino possui dentro do casal. Esta situação demonstra a uma maior exigência em relação aos homens, justificada pela tendência de se ter tornado mais fácil interromper uma relação não satisfatória (Bozon, 2003).

No nosso país, um estudo sobre a infidelidade conjugal com base em indicadores de classe, regista também uma tendência comum a todos os grupos sociais, que avaliam de forma mais negativa a infidelidade da mulher comparativamente à do homem. De facto, o envolvimento extraconjugal dos atores masculinos é vivido na esfera privada e bastante melhor tolerado comparativamente ao comportamento extraconjugal dos atores femininos, que se torna mais facilmente do domínio público e alvo de sanções morais – a mulher ganha “fama” e o homem não” (Santos, 1996).

Esta conclusão vai de encontro à visão da sexualidade como realidade masculina, conferindo aos homens o papel de principais agentes neste domínio do conjugal (Bajos e Bozon 1999), enquanto as mulheres são ainda observadas enquanto «objeto» de posse, às quais está subjacente um papel de regular e estabilizar a sexualidade dos homens (Bozon, 2003). Na realidade, o desejo manifesta-se de diferentes formas no masculino e no feminino. Mais do que isso, homens e mulheres possuem comportamentos, interpretações e modos de envolvimento com a sexualidade distintos. As mulheres são mais passivas e com influência indireta na vida íntima uma vez que a sexualidade é uma componente inerentemente masculina onde cabe aos homens uma postura mais ativa. Para além disso, alguns estudos revelam que parte dos homens aceitam ter relações sexuais sem estarem apaixonados, enquanto as mulheres discordam absolutamente dessa ideia. De facto, a norma da fidelidade é entendida de diferentes prismas segundo o género: há uma grande parte dos homens a pensar ser

possível ter aventuras sexuais durante o casamento. Também muitos homens concordam que a atração sexual leva forçosamente a prática de relações sexuais, bem como partilham a afirmação de que «pode existir amor sem fidelidade» ou que «as infidelidades passageiras reforçam o amor». Em sentido inverso, as mulheres demonstram-se menos abertas à ideia de troca constante de parceiros (Bozon, 2003), talvez porque comparativamente aos homens são mais condicionadas pelos ideais do amor romântico (Bawin Legros, 2004).

Ao contrário da sexualidade, um domínio ainda observado enquanto «masculino», o amor e o afeto são considerados elementos iminentemente femininos (Bozon, 2003). De facto, ao amor está inerente uma conceptualização diferente no que se refere ao género (Beauvoir, 1976) onde a dominação masculina é legitimada pelas práticas, estruturas e discursos sociais (Bourdieu, 1999).

Em síntese, apesar do papel que a sexualidade passou a desempenhar na vida conjugal a partir do século XX e da aproximação de experiências e trajetórias, essa mudança não foi suficiente para revolucionar as relações de género neste contexto. Esta situação é ilustrada ao nível das relações extraconjugais: dado que no caso das mulheres a existência de filhos ilegítimos sempre foi uma ameaça à ordem biológica e social, as relações extraconjugais sempre foram mais toleradas nos homens do que nas mulheres. Por outro lado, em caso de rutura conjugal, os homens estão imunes a serem catalogados socialmente, ao contrário do que se verifica com as mulheres, principalmente no caso de a separação ser causada pela existência de outro(a) parceiro(a). No caso das mulheres, tal pode constituir uma ameaça a uma representação social do feminino. As mulheres que têm vários parceiros sexuais são muitas vezes consideradas «fáceis», enquanto as que não possuem qualquer atividade sexual são consideradas «incompletas» (Bozon, 2003). Esta estigmatização social retoma a distinção entre as mulheres «sérias» e as «fáceis» com base na organização da sexualidade e na procura do prazer (Marques da Costa, 1977) e embora numa sociedade assente em valores completamente distintos, vai de encontro à divisão feminina que vigorava no século XIX, baseada na disposição objetiva quanto ao prazer: às «sérias» estaria associado uma vontade de compromisso, da constituição de uma família e uma função social e reprodutora (visão de mulher-mãe); por seu lado, às «lolas» cabia uma função sexual, de garante do prazer masculino sem que a sexualidade fosse ligada ao âmbito reprodutor ou que o próprio matrimónio fosse posto em causa (Ferreira, 2002). Esta visão tradicional visava a manutenção do estatuto masculino, procurando impedir que as mulheres exigissem uma igualdade de comportamentos em relação à exclusividade.

CAPITULO II – A PROBLEMÁTICA EM ESTUDO

2.1: Princípios da investigação e pergunta de partida

Como atrás foi identificado no enquadramento teórico desta pesquisa, as mudanças que marcaram o nosso país na segunda metade do século XX transformaram “a fidelidade numa condição essencial de felicidade” e impuseram a fidelidade sexual enquanto regra entre os cônjuges. No entanto, “as novas tendências dos comportamentos conjugais, que apontam para formas mais abertas e igualitárias de combinação entre fusão afetiva e vida a dois são fator de ameaça e fragilização da conjugalidade contemporânea”. (Aboim, 2011).

“A infidelidade conjugal assume-se como um forte indicador das transformações nos valores, atitudes e padrões de comportamento face ao casamento, aos papéis sociais e às práticas e disposições sobre a família” (Santos, 1996). Esta temática é um domínio do conhecimento fundamental a explorar no que toca ao casal contemporâneo e apesar de estar presente de forma assídua no debate quotidiano, as atitudes e representações dos indivíduos face à infidelidade têm sido uma problemática pouco tratada a nível sociológico no nosso país (Santos, 1996).

No âmbito de uma ciência social como a Sociologia, que aborda o sistema de interações na realidade social (Boudon, 1979) e se debruça sobre os factos e fenómenos marcadamente *sociais* que possuem existência própria e são suscetíveis de exercer uma coação exterior sobre os indivíduos (Durkheim, 1895), devemos antes de mais ter em consideração a especificidade da temática em análise. De facto, a infidelidade é uma temática especialmente suscetível às «sociologias espontâneas», preconceitos e falsas evidências. Deste modo, é fundamental uma abordagem científica e rigorosa, de forma a contornar as pré-noções e interpretações de senso comum sobre o tema (Silva, 1994).

A investigação deverá estar em conformidade e coerência com a componente teórica e concomitantemente, tratar a infidelidade enquanto uma manifestação individual de rutura para com a normal organização da vida privada (Schwartz, 1990; Singly, Vatin, 2005; Bozon, 2003). Ainda no domínio concetual, a infidelidade é observada na vertente empírica como um comportamento desviante (Durkheim, 1893) a uma norma estabelecida e socialmente aceite e que é sancionado - sobretudo no plano moral - no cerne da sociedade. Por outro lado, será também levado em consideração o conceito de «amor confluyente», admitindo o papel da exclusividade sexual dentro de uma relação até ao ponto em que os parceiros a considerem imprescindível e desejável. Não sendo necessariamente monogâmico, o amor confluyente contrasta com as expressões próprias do ideário do amor romântico como «para sempre» e «único» e concebe como «caminho» para a relação pura, elementos como a igualdade de género nas trocas afetivas e no envolvimento emocional e o prazer sexual enquanto elemento chave na manutenção ou dissolução da relação (Giddens, 1993). Finalmente, a «justificação» para comportamentos de infidelidade encontra-se dividida entre os planos identitário e

sexual (Singly e Vatin, 2005), o plano sentimental (Singly, 2005) e também o campo que abarca a saturação, a rotina e a monotonia relacionais presentes no quotidiano (Alberoni, 2008).

Com estas premissas como ponto de partida e partindo do princípio que “os indivíduos são seres sociais sujeitos a um conjunto de influências, que condicionam e estruturam a sua ação” (Giddens, 2004), a investigação empírica sobre a infidelidade inicia-se com a procura de uma resposta à pergunta de partida formulada: **como são influenciadas as atitudes e representações sobre a infidelidade?**

2.2: Modelo de Análise

Para estudar a problemática da infidelidade propõe-se a adoção de um modelo de organização concetual da realidade. Assim, em primeira instância explica-se as conceções dos indivíduos sobre a infidelidade como produto de influências a dois níveis distintos. Num primeiro nível, admite-se que as atitudes e representações sobre a infidelidade sofrem a influência das conceções individuais sobre as relações amorosas. Tendo por base o contributo de Sofia Aboim (2006), foi referido no quadro teórico que existem orientações amorosas e dinâmicas conjugais que remetem para diferentes formas de relações a dois: uma associação ultra-romântica e fusional, uma associação mais cooperante e instrumental ou em alternativa, um tipo de associação que preserva a autonomia e independência no contexto privado. Não analisando o funcionamento do casal em si no cerne da conjugalidade, propomos explicar as conceções sobre a infidelidade de acordo com a valorização de elementos pertencentes aos diferentes domínios presentes numa relação amorosa: o domínio expressivo, o instrumental e finalmente, o da autonomia. Por outras palavras, este modelo admite que o facto de se possuir uma conceção mais expressiva, autónoma ou instrumental da relação amorosa representa um fator atuante sobre as atitudes e representações individuais referentes à infidelidade.

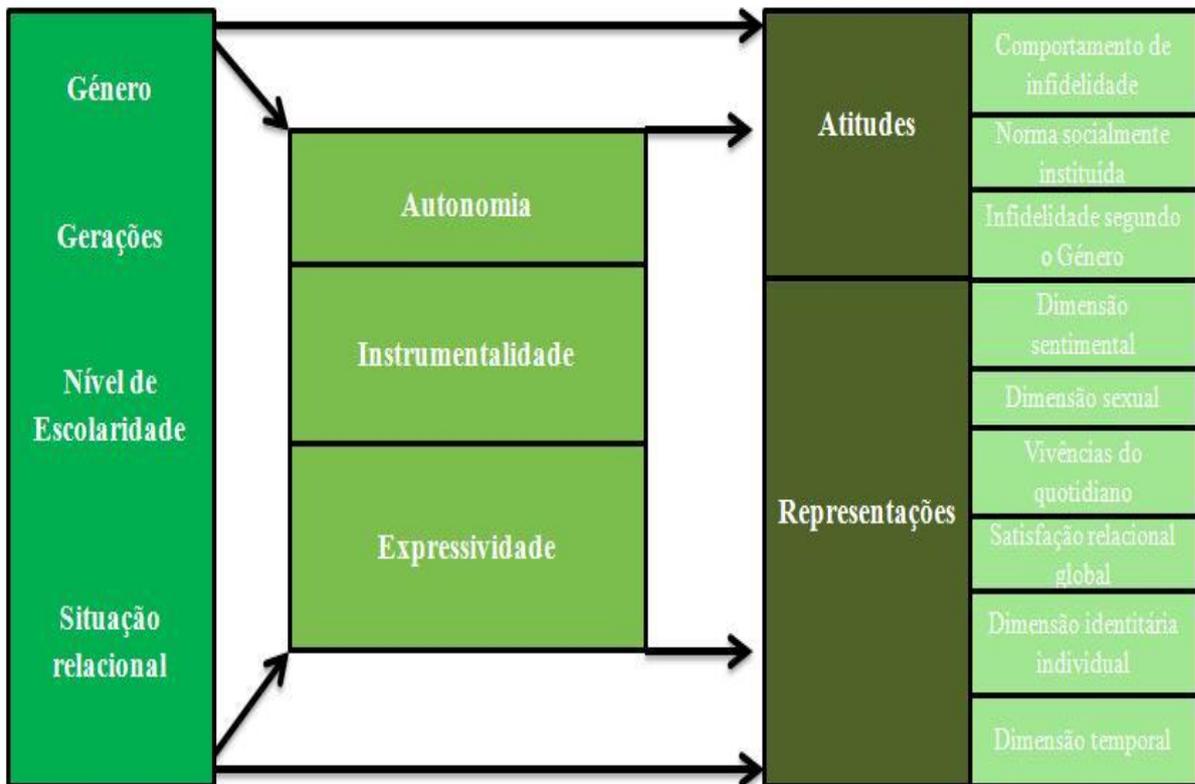
Num segundo nível propõe-se a existência de elementos com uma influência a nível global sobre as atitudes e representações sobre a infidelidade, bem como sobre as disposições sobre as relações amorosas. Uma vez mais levando em consideração o trabalho efetuado no plano teórico, o género afirma-se como um elemento marcante nas várias dimensões da vida a dois e também nas perceções face à infidelidade (Santos, 1996). Noutra âmbito, a ideia de que aceleração do ritmo das transformações na vida familiar no nosso país durante as últimas décadas tenha provocado diferenças geracionais nas perspetivas em relação à extraconjugalidade é também aceite sociologicamente (Aboim, 2011). Paralelamente, também as habilitações académicas dos indivíduos foram identificadas enquanto fator de influência nos discursos sobre os comportamentos extraconjugais (Santos, 1996). Por último, a situação relacional é entendida enquanto fator de influência nas atitudes e representações dos indivíduos sobre a infidelidade (Bozon, 2003). Em síntese, este modelo concetual inclui o género, as gerações, o nível de escolaridade e a situação relacional como variáveis que exercem uma dupla influência na realidade.

No plano da organização do real importa além de definir relações de causalidade, explicitar as dimensões abordadas no seio das atitudes e representações sobre a infidelidade. A problemática da infidelidade é entendível no campo das atitudes em três dimensões distintas: em primeiro lugar, as atitudes perante a norma da fidelidade socialmente instituída, que define as regras orientadoras do comportamento dos indivíduos em conformidade com o valor da monogamia; em segundo lugar, as atitudes dos indivíduos perante um comportamento desviante em relação à norma da fidelidade; em terceiro lugar, tendo em conta a influência das identidades e representações de género, uma dimensão respeitante às atitudes perante os comportamentos de infidelidade numa perspetiva de Género.

Já no plano das representações individuais sobre a infidelidade, a investigação é direcionada para dimensões bastante heterogéneas. Antes de mais, na dimensão sentimental, decisiva na constituição de uma relação e simultaneamente símbolo do individualismo e elemento desestabilizador do casamento enquanto instituição (Singly, 2009). Numa dimensão sexual das representações sobre a infidelidade, justificada pelo papel da vivência da sexualidade como elemento de “felicidade conjugal”, unificador e de bem-estar relacional (Aboim, 2011). Por outro lado, foram também incluídas na explicação da investigação prática as representações sobre a infidelidade de acordo com as vivências do quotidiano, que pressupõem as dinâmicas rotineiras da vida a dois com um peso importante para se estabelecer uma vivência extraconjugal (Alberoni, 2008). Outra dimensão de análise imprescindível abrange o horizonte identitário individual, pelo protagonismo que a dicotomia «eu-indivíduo *versus* nós-casal» detém na constituição de uma relação extraconjugal (Singly e Vatin, 2005). Finalmente, as representações individuais sobre a satisfação global na relação amorosa e a dimensão temporal dos comportamentos de infidelidade serão também variáveis a ter em conta na explicação da problemática. Se no primeiro caso, se procura ter em conta o lugar da satisfação para com a relação no domínio da infidelidade (Singly e Vatin, 2005), no segundo denota-se o intuito de incluir uma abordagem que tenha em conta a relatividade do conceito segundo o tempo fruto das transformações que tiveram lugar nas últimas décadas (Policarpo, 2011; Aboim, 2011; Singly, 2009; Bozon, 2003).

Em síntese, a figura seguinte mostra como se organizam os conceitos fulcrais na passagem do ponto de vista teórico para o empírico, bem como as relações entre si.

Figura 2.2.1. Modelo de Análise



Legenda:

- Variáveis de caracterização sociográfica e relacional
- Concepções sobre as relações amorosas
- Concepções sobre a infidelidade
- Dimensões das atitudes e representações sobre a infidelidade
- Influência exercida →

2.3: Hipóteses em estudo

Na sequência da análise do objeto de estudo, procedeu-se à elaboração das hipóteses a seguir sistematizadas:

H1: O género é um fator de influência nas atitudes e representações individuais sobre a infidelidade.

H2: A idade é um fator de influência nas atitudes e representações individuais sobre a infidelidade.

H3: As habilitações literárias são um fator de influência nas atitudes e representações dos indivíduos sobre a infidelidade.

H4: A situação relacional dos indivíduos é um fator de influência nas atitudes e representações sobre a infidelidade.

H5: As concepções sobre as relações amorosas exercem influência sobre as atitudes e representações dos indivíduos face à infidelidade.

Todas estas hipóteses estão em conformidade com os dois níveis de influência sobre as concepções acerca da infidelidade representados na construção analítica.

No sentido de confrontar as hipóteses com os dados observáveis na realidade empírica foi escolhido o método extensivo com base nos objetivos e natureza da investigação prática. Na recolha dos dados foi utilizado o inquérito por questionário, justificando-se essa escolha pela mais-valia de “quantificar uma multiplicidade de dados e proceder a numerosas análises de correlação” (Quivy e Campenhoudt, 1998).

O inquérito elaborado foi posteriormente aplicado através de duas vias distintas: primeiramente, através do recurso a uma plataforma eletrónica (*Lime Survey*) divulgada através das redes sociais; em segundo lugar, por questões que se prendem com a especificidade da amostra obtida por via eletrónica⁴, foram também administrados 50 questionários de forma direta. No total, a amostra é composta por 337 inquiridos.

Ao nível das limitações, foi apenas imposto como condição ser-se maior de idade. Não existiram limitações impostas ao nível do espaço geográfico uma vez que tal seria pouco adequado e inexequível ao utilizarmos uma plataforma eletrónica. A gestão da base e o tratamento estatístico dos dados obtidos foi realizado através do *software* PASW SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

2.4: Caracterização sociográfica da amostra

Ao nível do género, conclui-se que a amostra é composta maioritariamente por elementos do sexo feminino (58,4% e para o sexo masculino 41,6%). Como pode observar-se na Tabela 2.4.1, estamos perante uma amostra bastante jovem onde predominam os inquiridos de escalões etários mais baixos, 52,1% têm menos de 30 anos e apenas 11,9% com idades superiores a 50 anos. Existe um elevado nível de qualificações, uma vez que maior parte da amostra é composta por licenciados (40,1%), seguindo-se os indivíduos com o ensino secundário completo (29,2%). Quanto ao estado civil, a maioria é composta por indivíduos solteiros (55,6%), seguindo-se os casados (22,6%) e os que assumem estar em união de facto (16,6%). Os divorciados/separados são apenas 5,0%.

⁴ Os escalões etários superiores que agrupam as pessoas mais velhas estavam em número pouco significativo em comparação aos restantes escalões. Como tal, tomou-se a decisão de aplicar questionários directamente em pessoas com idades iguais ou superiores a 40 anos (factor preferencial).

A nível religioso, os indivíduos dividem-se sobretudo entre os católicos (57,1%) e aqueles que referem não ter qualquer religião (37,5%). Ao nível da condição dos indivíduos perante o trabalho, conclui-se que a maioria trabalhadores por conta de outrem (60,7%); os estudantes são cerca de 16%; os desempregados e os reformados têm um peso similar (respetivamente 7,5% e 6,6%). Quanto à profissão, cerca de 35% são “profissionais intelectuais, científicos e técnicos/quadros superiores”. Seguem-se os “empregados administrativos, comércio e serviços pessoais” (29,5%) e os quadros intermédios (20,3%).

Tabela 2.4.1. Perfil sociográfico da amostra

		N	%
Género	Feminino	187	58,4
	Masculino	133	41,6
Idade	< 25 anos	65	20,3
	Entre 25 e 30 anos	122	38,1
	Entre 31 e 40 anos	66	20,6
	Entre 41 e 50 anos	29	9,1
	> 50 anos	38	11,9
	Sei ler e escrever, mas não frequentei a escola	0	0,0
Habilitações académicas	1º Ciclo Completo (Escola Primária)	16	5,0
	2º Ciclo Completo (5º e 6º ano)	3	0,9
	3º Ciclo Completo (7º, 8º e 9º)	18	5,6
	Ensino Secundário Completo (10º, 11º e 12º)	93	29,2
	Bacharelato	11	3,4
	Licenciatura	128	40,1
	Mestrado	47	14,7
Estado Civil	Doutoramento	3	0,9
	Solteiro	178	55,6
	Casado	71	22,2
	União de facto	53	16,6
	Separado	2	0,6
	Divorciado	14	4,4
Religião	Viúvo	2	0,6
	Católica	181	57,1
	Ortodoxa	1	0,3
	Protestante	10	3,2
	Anglicana	0	0,0
	Judaica	0	0,0
	Muçulmana	0	0,0
	Hinduísmo	0	0,0
	Budismo	0	0,0
	Sem religião	119	37,5
Condição perante o trabalho	Outra	6	1,9
	Trabalhador por conta própria	19	6,0
	Trabalhador por conta de outrem	193	60,7
	Estudante	51	16,0
	Doméstica	5	1,6

Profissão	Desempregado	24	7,5
	Reformado	21	6,6
	Outra	5	1,6
	Dirigentes de empresas e organismos públicos	13	4,1
	Profissionais intelectuais, científicos e técnicos/quadros superiores	111	35,2
	Técnicos intermédios/quadros médios	64	20,3
	Empregados administrativos, comércio e serviços pessoais	93	29,5
	Trabalhadores de agricultura e pescas	1	0,3
	Artesãos, operários e condutores	11	3,5
	Sem profissão	22	7,0

No que diz respeito à caracterização da amostra do ponto de vista relacional (Tabela 2.4.2) e quanto à existência de relação amorosa, a maioria dos indivíduos (69,1%) refere estar numa relação amorosa. Na situação relacional atual dos indivíduos: 31,8% está numa relação conjugal, 27,4% em namoro estável e 25,5% sem qualquer relacionamento amoroso. Em menor número estão aqueles que definem a sua situação atual como “em coabitação (13,4%) e os que definem através de outra situação (exemplo: relações liberais sem compromisso). Por último, e no que respeita à duração da relação – casamento/namoro estável – cerca de metade dos indivíduos (49,4%) admite que a mesma durou entre 1 a 5 anos. A partir daqui observa-se uma relação inversa entre a duração e a frequência na medida em que quanto mais longa menos frequente: 19,1% entre 6 a 10 anos, 13,4% entre 11 a 20 anos e 12,8% por um período superior a 20 anos.

Tabela 1.4.2. Perfil relacional da amostra

		N	%
Relação amorosa neste momento	Sim	221	69,1
	Não	99	30,9
Situação relacional atual	Relação conjugal	101	31,8
	Coabitação	43	13,5
	Namoro estável	87	27,4
	Sem relacionamento amoroso	81	25,5
Período num casamento/namoro estável	Outra	6	1,9
	< 1 ano	17	5,3
	Entre 1 e 5 anos	158	49,4
	Entre 6 e 10 anos	61	19,1
	Entre 11 e 20 anos	43	13,4
	> 20 anos	41	12,8

CAPITULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Tendo em consideração o objetivo deste estudo - compreender a influência quer por parte das variáveis de caracterização sociodemográfica e relacional, quer das concepções sobre as relações amorosas sobre as atitudes e representações acerca da infidelidade - foram estabelecidas duas fases distintas relativamente à análise dos resultados da investigação realizada.

A primeira fase consiste em averiguar a influência das diversas variáveis de caracterização: sexo, anos de escolaridade, idade, coabitação, namoro estável e sem relacionamento amoroso nas atitudes e representações individuais sobre a infidelidade.

Quanto à segunda fase, propõe-se uma análise da influência das diferentes concepções sobre as relações amorosas nas atitudes e representações sobre a infidelidade.

Por último, é necessário referir que esta análise irá privilegiar as dimensões em que se verificaram resultados estatisticamente significativos⁵, sendo objetivo primordial uma abordagem crítica em relação às hipóteses em estudo anteriormente estabelecidas.

3.1: Impacto das variáveis de caracterização nas atitudes e representações sobre a infidelidade

Começaram por ser realizadas regressões lineares múltiplas no sentido de identificar se as variáveis de caracterização sociográfica e relacional influenciam as atitudes e representações sobre a infidelidade.

No plano das atitudes, o modelo linear é significativo [$F(6, 307) = 10,612, p < 0,001$] e explica cerca de 16% da variação das respostas (R^2 ajustado = 0,156) relativas ao nível de concordância com a maior aceitabilidade da infidelidade masculina em relação à infidelidade feminina (Tabela 3.1.1).

De acordo como os resultados, a hipótese da influência do género sobre as atitudes acerca da infidelidade é validada, uma vez que os homens demonstram reservas em aceitar mais a infidelidade masculina relativamente à infidelidade feminina (Beta= -0,306, $p < 0,001$), remetendo-nos para os ideais modernos de igualitarismo amoroso no casal (Badinter, 1986; Martin-Fugier, 1983) e para as teorias e estudos que referem a aproximação de trajetórias e experiências entre homens e mulheres (Policarpo, 2011) (Bozon, 2003). Na verdade, com o domínio da masculinidade e as delimitações rígidas ainda existentes entre o masculino e o feminino, as mulheres vêem-se frequentemente obrigadas a elaborar estratégias de gestão identitária no social que pressupõem verdadeiros «modelo de estar» (Amâncio, 1994), tentando resistir à fama e rotulação da sociedade. Ao ver-se negada à luz dos resultados a tradicional condenação moral dos comportamentos de infidelidade das mulheres e

⁵ Por questões relacionadas com os limites da paginação, serão incluídos no corpo da dissertação os resultados essenciais para a interpretação das regressões.

reivindicação de liberdade sexual para os homens (Santos, 1996) observa-se uma alteração no masculino no sentido da igualdade dentro do casal e da maior compreensão da liberdade sexual das mulheres no plano da fidelidade.

Também a hipótese da influência das habilitações académicas nas atitudes sobre a infidelidade é aceite. Verifica-se assim que os indivíduos mais escolarizados são menos permeáveis à aceitabilidade da infidelidade masculina por contraste à feminina (Beta = -0,152 $p < 0,05$). Esta tendência de não diferenciação dos comportamentos de infidelidade quanto ao género por parte dos indivíduos mais escolarizados pode ser explicada recorrendo ao trabalho efetuado por Filomena Santos (1996). O seu estudo sobre a infidelidade conjugal assinalou diferenças assinaláveis quanto às conceções de conjugalidade entre os licenciados, que demonstram uma tendência em centrar-se numa perspetiva individualista e moderna, e os menos escolarizados que se centram na coesão familiar onde os papéis e representações de género são mais tradicionais e consequentemente, menos flexíveis. Em síntese, os mais escolarizados parecem revelar uma tendência para a aceitação da maior liberdade e negociação sexual e afetiva de que desfrutam as mulheres nos nossos dias, transitando de uma posição de submissão para se assumirem como sujeitos «desejantes» na esfera privada (Randel, 2009).

Tabela 3.1.1. Determinantes das atitudes e das representações sobre a infidelidade

Variáveis independentes	Atitudes perante a Infidelidade numa perspetiva de Género	Representações da Infidelidade numa perspetiva temporal
	Nível de concordância com a maior aceitabilidade da infidelidade masculina em relação à feminina	Comparação da frequência dos comportamentos de infidelidade segundo as gerações
	β	β
Sexo masculino	-0,306***	0,148**
Anos de Escolaridade	-0,152*	0,249***
Idade	0,049	-0,034
Coabitação	0,000	-0,067
Namoro estável	-0,117	-0,104
Sem relacionamento amoroso	-0,102	-0,157*
	R² ajustado	0,156***
	F(6, 307)	10,612
		5,840

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Constam da tabela os coeficientes de regressão estandardizados (Beta).

No plano das representações, o modelo linear também é significativo [F (6, 307) = 5,840, $p < 0,001$], e com uma capacidade explicativa inferior, de cerca de 9% (R² ajustado= 0,085). Continua

a verificar-se efeito significativo do gênero e das habilitações literárias mas acresce a situação relacional dos indivíduos sem relacionamento amoroso, validando-se além das hipóteses de influência de gênero e das habilitações literárias, a influência da situação relacional sobre as representações sobre a infidelidade. Concluiu-se que os homens partilham a percepção de que os comportamentos de infidelidade sejam menos frequentes nos dias de hoje comparativamente à geração anterior (Beta = 0,148, $p < 0,01$). Em sentido contrário, os indivíduos sem relacionamento amoroso têm a percepção que os comportamentos de infidelidade são atualmente mais frequentes (Beta = -0,157, $p < 0,05$). Os anos de escolaridade são o fator com maior efeito e positivo. (Beta=0,249, $p < 0,001$). Neste caso verifica-se que à medida que aumentam as qualificações dos indivíduos, cresce também a percepção de que os comportamentos de infidelidade são menos frequentes nos dias de hoje do que acontecia na geração anterior.

Os resultados obtidos quanto à dimensão temporal são geradores de um importante ponto de discussão teórico para futuras investigações, que passa pela definição de infidelidade. Isto é, se os comportamentos de infidelidade são observados de um ponto de vista restrito da sexualidade ou, pelo contrário, do ponto de vista emocional, através do sentimento amoroso (Singly e Vatin, 2005), Nas gerações anteriores a gestão da sexualidade masculina era vulgarmente efetuada através de relações extraconjugais inscritas no quadro de comportamentos legitimados pela sociedade aos homens. Todavia, essa legitimidade para vivenciar a sexualidade de forma exterior ao casamento ou ao namoro desapareceu com a fundamentação do sentimento amoroso como principal critério de união dos casais contemporâneos e à fidelidade sexual acresce a demanda pela fidelidade emocional referida por diversos autores como produto dos ideais amorosos que abrangem atualmente as sociedades ocidentais. Explicado este recente paradigma das relações amorosas, a tendência masculina e dos indivíduos mais escolarizados para perceberem menos comportamentos de infidelidade pode ser explicada pela “naturalidade” com que se aceitava a sexualidade extraconjugal dos homens nas gerações anteriores devido à lógica de união pelo interesse familiar, ao passo que nos nossos dias se tornou mais fácil interromper uma relação insatisfatória, seja de casamento ou de namoro estável. Em sentido contrário, as representações das pessoas que não têm atualmente qualquer relacionamento amoroso, que referem ser mais frequente a infidelidade no presente, remetem-nos para os trabalhos de Lawson (1988) ou Jablonski (2005) que nas suas investigações empíricas referem um aumento surpreendente da infidelidade nos últimos anos contextualizado numa época de “liberdade sexual”.

3.2: Concepções relacionais determinantes das atitudes e representações sobre a infidelidade

Analisaram-se as influências das concepções amorosas nas atitudes dos indivíduos sobre a infidelidade em dois planos distintos: por um lado, as atitudes individuais perante a norma da

fidelidade socialmente instituída nas relações a dois e, por outro, as atitudes perante os comportamentos de infidelidade numa perspetiva de género.

O modelo linear em análise é significativo [F (4, 327) = 8,033, $p < 0,001$] e tem uma capacidade explicativa de aproximadamente 8% (R^2 ajustado= 0,078). Todas as variáveis relativas às conceções sobre as relações amorosas têm um efeito significativo para explicar as atitudes, validando assim a hipótese de estudo (Tabela 3.2.1).

Os indivíduos que concedem importância ao casamento são mais relutantes em aceitar a infidelidade num casamento/namoro estável. (Beta = -0,157, $p < 0,01$). A mesma tendência é observada quanto aos indivíduos que mais valorizam os aspetos expressivos⁶ (Beta = -0,150, $p < 0,01$). Por outro lado, considerar o casamento como uma ameaça à individualidade e valorizar os aspetos de ordem instrumental⁷ estão positivamente associados à aceitabilidade da infidelidade num casamento/namoro estável (respetivamente, Beta=0,175, $p < 0,01$ e Beta=0,128, $p < 0,05$).

Tabela 3.2.1. Conceções relacionais determinantes das atitudes sobre a infidelidade

Conceções sobre as relações amorosas (Variáveis independentes)		Atitudes perante a norma da fidelidade socialmente instituída		Atitudes perante a Infidelidade numa perspetiva de Género
		Nível de concordância com a aceitação da Infidelidade num casamento/namoro estável	Nível de concordância com a fidelidade num casamento/namoro estável	Nível de concordância com a maior aceitabilidade da infidelidade masculina em relação à feminina
		β	β	β
Autonomia	Nível de concordância com o Casamento enquanto fator de inibição individual	0,175**	-0,116*	0,165**
Instrumental	Nível de importância do casamento	-0,157**	0,093	0,223***
	Nível de importância de aspetos profissionais/financeiros	0,128*	-0,030	-0,029
Expressiva	Nível de importância de aspetos expressivos	-0,150**	0,176**	-0,167**
		R^2 ajustado=0,078***	R^2 ajustado=0,050***	R^2 ajustado=0,097***
		F= (4, 327)= 8,033	F (4, 321)= 5,292	F(4, 321)= 9,738

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$ Constam da tabela os coeficientes de regressão estandardizados (Beta).

⁶ Esta é uma nova variável compósita foi criada pela agregação do nível de importância dos seguintes itens: (“Paixão”, “Afeto”, “Sexualidade”, “Amor”, “Fidelidade”, “Amizade”), justificada do ponto de vista estatístico pelos valores satisfatórios de consistência interna do Alfa de Cronbach (0,539) e também do ponto de vista substantivo.

⁷ Esta é uma nova variável compósita foi criada pela agregação das variáveis “Nível de importância da Estabilidade Financeira” e “Nível de importância da Carreira Profissional”, justificada do ponto de vista estatístico pelos valores de consistência interna do Alfa de Cronbach (0,734) e também do ponto de vista substantivo.

Ainda no que diz respeito ao posicionamento dos indivíduos relativamente à norma, foram analisados os determinantes da concordância com a obrigatoriedade da fidelidade num casamento/namoro estável, e o modelo linear revelou ser, uma vez mais, significativo [F (4, 321) = 5,292, $p < 0,001$] embora tenha uma capacidade explicativa de apenas 5% (R^2 ajustado = 0,050). Só o nível de concordância com o casamento enquanto fator de inibição individual e o nível de importância em relação a aspetos expressivos têm efeito significativo. Os indivíduos que observam o casamento como um fator de constrangimento da própria individualidade tendem a concordar menos com a fidelidade (Beta=-0,116, $p < 0,05$). Já os indivíduos que atribuem importância aos aspetos expressivos tendem a concordar com a fidelidade num contexto de casamento/namoro estável (Beta = 0,176, $p < 0,01$).

Os resultados obtidos revelam posições mais ou menos marcadas quanto à norma da fidelidade socialmente estabelecida por parte de cada conceção relacional. A preservação do valor da fidelidade, da rotina e a segurança (Alberoni, 2008) parecem ser característica das conceções relacionais instrumentais indo de encontro a uma visão do casamento num sentido mais fusional ligado à proteção do projeto familiar e a um equilíbrio variável entre a fusão e a autonomia (Aboim, 2006), que se revela influente na centralidade do valor da fidelidade na relação. Este estudo leva-nos ainda a salientar uma tendência de oposição à aceitabilidade da infidelidade por quem apresenta conceções relacionais marcadas pela expressividade, revelando uma forte resistência para a aceitação da transgressão à norma e, conseqüentemente, sendo adepto dos valores do amor romântico. De resto, esta tendência no plano das atitudes individuais vai ao encontro dos resultados da investigação da socióloga Filomena Santos (1996) que indicava uma maior adesão e centralidade de valores como a fidelidade em formas de conjugalidade do tipo fusional. Por seu turno, os indivíduos que valorizam as conceções relacionais de autonomia parecem considerar a fidelidade um valor menos “sagrado” e absoluto na componente relacional permitindo-nos concluir que à concordância com a autonomia individual no contexto de uma relação a dois está inerente uma maior flexibilidade nos valores e resistência à norma da fidelidade relacional. Neste particular, os resultados parecem ser consonantes com as teorias de Vatin e Singly (2005), que sublinham o efeito perverso da vida a dois sobre a liberdade individual e a conseqüente procura de aventuras extraconjugais.

Quanto à concordância com a maior aceitabilidade da infidelidade masculina em relação à feminina, o modelo linear é significativo [F (4, 321)=9,738, $p < 0,001$] e explica aproximadamente 10% (R^2 ajustado= 0,097). Com a exceção do nível de importância dos aspetos profissionais e financeiros, todas as variáveis possuem efeito no nível de concordância com a maior aceitabilidade da infidelidade masculina relativamente à feminina, sendo válida a hipótese das conceções das relações amorosas exercerem influência nas atitudes sobre a infidelidade à luz dos dados obtidos. Pode assim concluir-se: quanto maior é a importância atribuída ao casamento mais facilmente se aceita a infidelidade masculina face à feminina (Beta = 0,223, $p < 0,001$); quanto mais o casamento é sentido como ameaça à individualidade maior a aceitação da infidelidade masculina (Beta=0,165, $p < 0,01$) e

pelo contrário, quanto maior importância nos aspectos expressivos maior relutância em aceitar a infidelidade masculina em relação à feminina (Beta = -0,167, $p < 0,01$).

A interpretação dos resultados pode ser efetuada recorrendo à teorização de Sofia Aboim (2006) sobre as formas de autonomia individual na conjugalidade. Em primeiro lugar, os resultados revelam que conceder importância a aspectos mais instrumentalistas e de autonomia é propício a gerar diferenças na rotulação dos comportamentos de infidelidade segundo o género. Se no caso das concepções instrumentais se pode explicar essa desigualdade pela forte diferenciação de género que vigora na vida a dois no que diz respeito a papéis e identidades, funcionando como base de defesa do projeto familiar, a tendência demonstrada pelos indivíduos que valorizam concepções mais autónomas parece revelar um distanciamento em relação aos resultados do estudo de Aboim (2006), no qual as formas de autonomia mais vinculadas baseiam o seu funcionamento através do sentimento de paridade e igualdade de género. Por último, a valorização de orientações mais românticas demonstra a tendência de resistência na aceitabilidade da infidelidade masculina em relação à feminina, o que vai de encontro à lógica modernista do «companheirismo de amizade», que promove uma maior igualdade de género no cerne relacional (Aboim, 2006).

Por último, analisou-se a influência das concepções amorosas nas representações individuais sobre a infidelidade, nas dimensões sentimental, sexual, vivências do quotidiano e satisfação relacional global. Os modelos lineares testados são todos significativos ($p < 0,001$) e validam também a hipótese da influência das concepções sobre as relações amorosas no plano das representações sobre a infidelidade (Tabela 3.2.2).

Relativamente à dimensão sentimental, considerar o casamento um fator de inibição da individualidade tende a gerar maior concordância com a existência de amor sem fidelidade (Beta = 0,220, $p < 0,000$). Por seu turno, e como seria expectável atribuir maior importância ao casamento tende a implicar menor concordância com a existência de amor sem fidelidade (Beta = -0,246, $p < 0,001$). Existe também uma relação negativa entre o nível de importância atribuído aos aspectos expressivos e o nível de concordância com a existência de amor sem fidelidade (Beta = -0,140, $p < 0,01$). Assim, enquanto as concepções instrumentais e expressivas das relações amorosas manifestam uma clara oposição para com a existência de amor sem fidelidade, as concepções de autonomia têm uma perceção diferente, revelando tendencialmente maior abertura neste contexto.

Ainda relativamente à mesma dimensão, para explicar o nível de influência do sentimento amoroso nos comportamentos de infidelidade existem dois fatores significativos mas com efeitos opostos: os indivíduos que dão mais importância aos aspectos expressivos tendem a considerar mais influente o sentimento amoroso nas relações de infidelidade (Beta=0,247, $p < 0,001$) e por seu turno, os indivíduos que atribuem mais importância ao casamento são menos permeáveis a considerar o sentimento amoroso como influente para uma relação exterior ao casamento/namoro estável (Beta = -0,157, $p < 0,01$).

Tabela 3.2.2. Concepções relacionais determinantes das representações sobre a infidelidade

Concepções sobre as relações amorosas (Variáveis independentes)		Dimensão sentimental		Dimensão sexual		Vivências do cotidiano	Satisfação relacional global
		Nível de concordância com a existência de amor sem fidelidade	Nível de influência do sentimento amoroso nos comportamentos de infidelidade	Nível de influência do desejo nos comportamentos de infidelidade	Nível de influência da insatisfação sexual nos comportamentos de infidelidade	Nível de influência de elementos rotineiros nos comportamentos de infidelidade	Nível de influência da insatisfação com a relação amorosa nos comportamentos de infidelidade
		β	β	β	β	β	β
Autonomia	Nível de concordância com o casamento enquanto fator de inibição individual	0,220***	0,036	0,167**	0,025	0,098	0,037
Instrumental	Nível de importância do casamento	-0,246***	-0,157**	-0,230***	-0,232***	-0,212***	-0,189**
	Nível de importância de aspetos profissionais/financeiros	0,022	-0,047	0,042	0,072	0,096	-0,028
Expressiva	Nível de importância de aspetos expressivos	-0,140**	0,247***	0,187**	0,192**	0,215***	0,298***
		R ² ajustado= 0,129***	R ² ajustado=0,062***	R ² ajustado=0,077***	R ² ajustado=0,068***	R ² ajustado=0,074***	R ² ajustado=0,094***
		F (4, 327)=13,207	F (4, 323)=6,395	F(4, 323)=7,803	F(4, 323)=6,999	F(4, 321)=7,522	F(4, 322)=9,455

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Constam da tabela os coeficientes de regressão estandardizados (Beta).

Os resultados obtidos relativamente às representações sobre a dimensão sentimental confirmam uma maior propensão das formas relacionais de autonomia em considerar a infidelidade como um ato de afirmação de autonomia individual (Vatin e Singly, 2005) e assim delimitar as experiências sexuais exteriores à esfera relacional do campo amoroso (Alberoni, 2008).

Por outro lado, está inerente a tendência de valorização da dimensão sentimental no cerne das orientações relacionais instrumentais e expressivas, onde fidelidade e sentimento amoroso revelam ser valores indissociáveis. Assim, os resultados vão ao encontro da fundamentação da valorização dos sentimentos e da partilha de rotinas quotidianas na vida a dois através da monogamia nas sociedades ocidentais. De salientar ainda que a análise da influência do sentimento amoroso na infidelidade revela que os indivíduos com orientações relacionais expressivas parecem ir ao encontro do pensamento de Alberoni, que refere que o sentimento amoroso pode também ser um elemento pertencente ao campo das relações extraconjugais. Quanto às representações dos indivíduos com orientações instrumentais, demonstram resistência em relação à importância do amor em contexto extraconjugal, uma vez que o sentimento amoroso é somente enquadrado no plano relacional, enquanto elemento fundamental do projeto de vida a dois.

No que se refere à influência do desejo nos comportamentos de infidelidade verificam-se efeitos significativos de todas as variáveis explicativas com exceção do nível de importância de aspetos profissionais e financeiros. Quer no nível de importância de aspetos expressivos, quer no nível de concordância com o casamento enquanto fator de inibição individual existe um efeito positivo sobre o nível de influência do desejo nos comportamentos de infidelidade (respetivamente $Beta=0,187$, $p<0,01$ e $Beta = 0,167$, $p<0,001$). Inversamente, atribuir maior importância ao casamento tende a atribuir menor influência do desejo nos comportamentos de infidelidade ($Beta = -0,230$, $p<0,001$). Ainda na dimensão sexual e no que se refere à explicação do nível de influência da insatisfação sexual nos comportamentos de infidelidade destaca-se com efeito significativo: o nível de importância do casamento com efeito negativo ($Beta = -0,232$, $p<0,001$) e o nível de importância de aspetos expressivos com efeito positivo ($Beta = 0,192$, $p<0,01$).

Relativamente à dimensão sexual os resultados indicam em traços gerais, uma maior valorização por parte de conceções relacionais expressivas e de autonomia, bem como uma desvalorização pelas conceções relacionais instrumentais. De fato, autores como Singly e Vatin (2005), além de Alberoni (2008) reforçaram a importância da sexualidade no âmbito extraconjugal, estabelecendo uma dicotomia em relação à prática sexual relacional. As rotinas, os hábitos quotidianos e a saturação marcam muitas vezes a sexualidade relacional que é encarada como um dever, enquanto a sexualidade exterior ao relacionamento amoroso é por norma vivenciada livre de constrangimentos e colocando a prioridade no erotismo e no prazer. Quanto à tendência de desvalorização da sexualidade da parte de conceções relacionais instrumentais, pode ser associada à visão da componente relacional enquanto cooperação mútua e a partilha de ideais e projetos que secundarizam a sexualidade em relação à importância do projeto familiar.

No que se refere às dimensões das vivências do cotidiano⁸ e satisfação relacional global conclui-se que os fatores com efeitos significativos são os mesmos: nível de importância do casamento e nível de importância de aspetos expressivos. Quanto maior a importância atribuída ao casamento menor o seu efeito, quer no nível de influência de elementos rotineiros nos comportamentos de infidelidade⁹ (Beta = -0,212, $p < 0,001$), quer no nível de influência da insatisfação com a relação amorosa nos comportamentos de infidelidade (Beta = -0,189, $p < 0,01$). Por sua vez, quanto maior o nível de importância dos aspetos expressivos maior a influência de elementos rotineiros nos comportamentos de infidelidade (Beta = 0,215, $p < 0,001$), e maior também a influência da insatisfação com a relação amorosa nos comportamentos de infidelidade (Beta = 0,298, $p < 0,001$).

Em síntese, os resultados referentes a estas duas dimensões reforçam a ideia de uma divisão entre concepções expressivas, que valorizam mais a influência das questões quotidianas e da satisfação relacional na infidelidade e concepções instrumentais, que manifestam oposição relativamente ao papel dessas mesmas dimensões na infidelidade. De resto, um dos tipos de infidelidade conjugal definidos por Goldenberg (2006) representa “a traição como desejo para vencer a monotonia do casamento”. Os resultados referentes às concepções relacionais expressivas parecem ir ao encontro de teorias que privilegiam a concepção da infidelidade como um escape aos hábitos, às regras, aos problemas e restrições do quotidiano (Alberoni, 2008), (Singly e Vatin, 2005). Por outro lado, ao defender-se uma relação do tipo instrumental e o próprio casamento privilegiam-se aspetos como a segurança, o estatuto social ou a sobrevivência económica, que segundo algumas teorias adquirem realmente importância no que diz respeito a uma relação extraconjugal. Nesse sentido, os resultados enquadram-se na perspectiva de Zampieri (2004) que refere que “mesmo quando a relação não está bem, alguns casais permanecem juntos por ser melhor para a sua vida social, para satisfazer a família e por ser vantajoso profissionalmente.

⁸ Esta é uma nova variável compósita foi criada pela agregação do nível de influência dos seguintes itens numa relação de infidelidade: (“Quotidiano Rotineiro”, “Monotonia na relação”, “Saturação do outro”), justificada do ponto de vista estatístico pelos valores satisfatórios de consistência interna do Alfa de Cronbach (0,749) e também substantivo.

CAPITULO IV – CONCLUSÕES

Em termos gerais, a realização da investigação sobre a infidelidade partiu com o intuito de analisar como são influenciadas as atitudes e representações individuais. Em concreto, a proposta de estudo passaria pela ideia de que tanto o género como a escolaridade, as gerações, a situação relacional e as várias concepções acerca das relações amorosas dos indivíduos seriam determinantes para estruturar as disposições sobre a infidelidade. Todavia, para além de validar ou refutar essas hipóteses, os dados permitiram perspetivar o que mais diferencia os indivíduos relativamente à infidelidade. De fato, a valorização de diferentes orientações relacionais parece assumir-se como elemento decisivo relativamente à infidelidade, com um efeito significativo transversal à grande maioria das dimensões.

A visão relacional instrumental afasta-se de representações da infidelidade como procura do afeto e da sexualidade, englobando e vivenciando essas dimensões exclusivamente no contexto relacional. A valorização da instrumentalidade nas relações amorosas demonstra nesse sentido, uma maior tendência para a organização da vida privada através do conjunto das normas, padrões e regras sociais que definem as relações amorosas na sociedade (Randel, 2009). Essa ausência de desvio em relação à norma da fidelidade parece justificar-se pela proteção institucional do casamento e da cooperação dentro do casal, visando um projeto de vida a dois e a manutenção do estatuto social e do capital simbólico.

Contrariamente às concepções instrumentais, a valorização de autonomia individual no contexto relacional corrobora não só a ideia de que as relações sexuais entram no domínio deste tipo de relações como uma manifestação de liberdade individual e reivindicação de autonomia, tal como é referido na obra de Singly e Vatin (2005) como também as teorias de difusão da vivência da sexualidade de forma individualista (Bozon, 2001). De fato, os resultados apontam que as perspetivas relacionais individualistas demonstram uma disposição tendencial para relevar o papel do amante como escape ao fechamento conjugal e conceber a expressão do «eu» através da sexualidade e da partilha de uma intimidade extraconjugal.

Por outro lado, a concepção relacional que valoriza o sentimento amoroso caracteriza-se - como de resto seria de prever - num pólo intermédio em relação às restantes. Isto significa que às concepções relacionais expressivas estão inerentes os ideais do «amor romântico», um ideal de relação mais fusional e coerente em relação à norma socialmente instituída que torna indissociáveis os conceitos de fidelidade e relação amorosa. Contudo, em comparação com a componente instrumental verifica-se uma maior tendência de abertura à prática extraconjugal em caso de insuficiência relacional seja a nível sexual, amoroso, quotidiano ou mesmo a nível global. Nesse sentido, verifica-se a valorização da relação exterior ao casamento ou ao namoro estável de modo a suprir determinadas necessidades como a atenção, o afeto, a partilha de experiências e do desejo (Singly e Vatin, 2005).

Além da consagração de diferentes ideários e maneiras de vivenciar a norma da fidelidade segundo as concepções relacionais, verificaram-se também dinâmicas de influência bastante

interessantes quanto às variáveis de caracterização. Face ao que seria expectável à partida, os resultados demonstram que o género se mostra menos influente sobre as atitudes e representações sobre a fidelidade. Vários autores referem-se aos diferentes estereótipos, papéis e representações de género pelo que seria de esperar uma corroboração prática extensível a outras dimensões da infidelidade analisadas e não apenas relativamente aos comportamentos de infidelidade num plano temporal e de género. O estreitamento nas diferenças entre homens e mulheres no que toca a atitudes e experiências no plano sexual, amoroso, conjugal em geral parece gerar uma tendência de consonância de atitudes, valores e representações em relação ao comportamento de infidelidade do(a) outro(a), à norma da fidelidade, bem como no que diz respeito aos aspetos que influenciam uma relação de infidelidade.

Por outro lado, a hipótese da idade influenciar as atitudes e as representações sobre a infidelidade foi completamente afastada pelos resultados. Contrariamente a outras pesquisas que realçaram as transformações geracionais na França e em outros países ocidentais (Bozon, 2003), os resultados demonstram que por exemplo, as habilitações académicas constituem um aspeto mais determinante e que alguns autores explicam pela maior adoção de ideais individualistas e modernos por parte dos mais escolarizados, em comparação com os menos escolarizados que possuem por norma orientações mais fusionais.

Apesar do contributo dos resultados para a compreensão da infidelidade contemporânea é necessário enquadrá-los no que toca às limitações impostas pela especificidade da temática em si. Em primeiro lugar, discutir a infidelidade é necessariamente abordar os estereótipos e pré-noções inerentes. Em segundo lugar, é uma temática ainda muito associada à moralidade, a sanções sociais e representações negativas especialmente no feminino. Em terceiro lugar, a fidelidade é um conceito relativo e suscetível de ser influenciado culturalmente: se a poligamia é aceite nalguns países orientais e também no continente africano, no Ocidente vigora o ideal amoroso da monogamia. Em quarto lugar, algumas pesquisas anteriores referem que existe uma discrepância nas respostas femininas em termos de atitudes *versus* práticas no que concerne a este tema.

O estudo e a perceção dos fatores que influenciam a duração dos casamentos e das uniões informais contemporâneas bem como os princípios da sua coesão e estabilidade afirmam-se como decisivos nas sociedades dos nossos dias. Na sua obra “Liquid Love” (2003), Bauman refere a existência de uma dicotomia contemporânea entre liberdade e segurança, a difusão de experiências sexuais e o sentimento amoroso. Os resultados demonstram que o carácter individualista parece impor-se em relação às regras sociais instituídas nas relações amorosas que apesar de determinarem e orientarem o pensamento, a ação e o desejo dos sujeitos, são secundarizadas em relação às necessidades íntimas individuais. Os indivíduos abandonam o seu papel passivo em relação às instituições sociais explorando a subjetividade e flexibilidade da infidelidade através de relações incompatíveis com o carácter sentimental e intimista fora do âmbito conjugal. Assim, tendo em conta os desafios globais da vida privada e os resultados obtidos nesta investigação será importante definir

em investigações futuras uma abordagem concetual da infidelidade, situando-a no plano sexual ou - em coerência com a proposta de Singly e Vatin (2005) - no plano sentimental, numa perspetiva de convergência com o critério de formação do casal nas sociedades contemporâneas: o sentimento amoroso. Por outro lado, no que ao Género diz respeito será interessante perceber se a aproximação entre as disposições sobre a vida íntima é também corroborada através das práticas.

Bibliografia

Aboim, Sofia, (2003) “A evolução das estruturas domésticas”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 43, pp. 13-30.

Aboim, Sofia, “Emoções e rotinas: a construção da autonomia da vida conjugal”, Actas dos *ateliers* do Vº Congresso Português de Sociologia disponíveis em www.aps.pt

Aboim, Sofia (2006), “Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual”, *Análise Social*, 180, Vol. XII, 801-825.

Aboim, Sofia (2011). Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação. In Almeida, Ana Nunes (Eds.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias* (pp. 80-111). Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e debates.

Alberoni, Francesco (2008), *Lições de Amor*, Lisboa, Bertrand Editora.

Almeida, Ana Nunes de (1985), “Trabalho feminino e estratégias familiares”, *Análise Social*, 85, vol. XXI, 7-44.

Almeida, Ana Nunes de et all (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social*, 163, vol. XXXVII, 371-409.

Amâncio, Lúcia (1993), “Género – Representações e identidades”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 14, pp. 127-140.

Amâncio, Lúcia (2003), “O género no discurso das ciências sociais”, *Análise Social*, 168, Vol. XXXVIII, 687-714.

Amâncio, Lúcia e Oliveira, João Manuel (2002), “Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 40, pp. 45-61.

Aron, Raymond (1991), *As etapas do pensamento sociológico*, Publicações Dom Quixote.

Bauman, Zygmunt (2003), *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 258pg.

Bauman, Zygmunt, *Liquid Love: On the Frailty of Human Bonds*, 176pp, Polity.

Beck, Ulrich & Beck-Gernsheim, Elisabeth (2002) *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London: Sage.

Bourdieu, Pierre (coord.) (2001), *A miséria do mundo*, 4ª edição, Petrópolis, RJ, Editora Vozes

- Bourdieu, Pierre (2004), *Questões de Sociologia*, Fim de Século Edições
- Bozon, Michel (2001), “Orientations intimes et constructions de soi. Pluralité et divergences dans les expressions de la sexualité”, *INED*
- Bozon, Michel (2004), “La nouvelle normativité des conduites sexuelles ou la difficulté de mettre en cohérence les expériences intimes”, *INED*
- Bozon, Michel (2003), “Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de género na França contemporânea”, *Cadernos pagu*, 20, pp.131-156.
- Bozon, Michel e Heiborn, Maria Luiza (1996), “Les caresses et les mots: iniciations amoureuses à Rio de Janeiro et à Paris, Terrain, (27)
- Costa, Fernando Marques da (1986), “Um namoro na geração de 70: Batalha Reis-Celeste Cinatti”, *Análise Social*, 92-93, vol. XXII, 715-733.
- Fernandes, António Teixeira (1994), “Dinâmicas familiares no mundo atual: harmonias e conflitos”, *Análise Social*, 129, Vol. XXIX, 1149-1191.
- Ferreira, Pedro Moura e Aboim, Sofia (2002), “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, *Análise Social*, 163, vol. XXXVII, 411-446
- Ferreira, Pedro Moura (2003), “Tendências e modalidades da conjugalidade”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 43, pp. 67-82.
- Ferreira, Vitor Sérgio, “Da reflexividade corporal entre os jovens portugueses: uma realidade socialmente fragmentada”, Actas dos *ateliers* do Vº Congresso Português de Sociologia disponíveis em www.aps.pt
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin (1997), “O inquérito: Teoria e prática”, Oeiras: Celta.
- Giami, Alain (2008), “Uma experiência da sexualidade em jovens adultos na França”, *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online], vol.18, n.40, pp. 289-304. I
- Giddens, Anthony (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Leite, Sofia, 2003, “A União de Facto em Portugal”, *Revista de Estudos Demográficos*, 33, INE, Lisboa
- Lima, Marinús Pires (1981) “O inquérito sociológico: problemas de metodologia”, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa
- Munsch, Christin L. (2012), “The Science of Two-Timing: The State of Infidelity Research”, *Sociology Compass* 6/1: 46–59, 10.1111/j.1751-9020.2011.00434.x
- Neves, Ana Sofia Antunes das (2007), “As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico?””, *Revista de Estudos Feministas*
- Nunes, Adérito Sedas (2001), *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Editorial Presença
- Oliveira, Maria de Engel (2007), “ORKUT: O Impacto da Realidade da Infidelidade Virtual”, Dissertação de Mestrado em Psicologia, PUC do Rio de Janeiro
- Pais, José Machado (1985), “Família, sexualidade e religião”, *Análise Social*, 86, vol. XXI, 345-389

- Pais, José Machado (1996), “Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa – tradições e mudanças (1985 – 1995)”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 21, pp. 197-221.
- Pereira, Alexandre (2006), *SPSS – Guia prático de utilização: análise de dados para Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Sílabo
- Pereira, Joel Timóteo Ramos *et all* (2010), *Código Civil Português – Atualizado, Verbo Jurídico*
- Poeschl, Gabrielle (2000), “Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais” *Análise Social*, 156, vol. XXXV, 695-719.
- Poeschl, Gabrielle *et all* (2004), “Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos”, *Análise Social*, 171, Vol. XXXIX, 365-387.
- Policarpo, Verónica (2011), “Sexualidades em construção, entre o privado e o público” In Almeida, Ana Nunes (Eds.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias* (pp. 48-79). Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e debates.
- Quivy, Raimond e Campenhoudt, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva.
- Rander, Igor (2009), “Representações Imaginárias Sociais da Infidelidade Conjugal Feminina em Belém-PA”, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará.
- Rosa, Maria João Valente (2002), “Notas sobre a população – os homens e as mulheres perante o casamento”, *Análise Social*, 163, vol. XXXVII, 667-672
- Roussel, Louis (1992), “O futuro da família”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 11, pp. 165-179.
- Santos, Filomena (1996), “Infidelidade Conjugal: Classe social e género”, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Família, Lisboa. ISCTE
- Schurmans, M.-N. (2007), Construction et devenir du couple. Entre individuation et socialite. In C. Burton-Jeangros, E. Widmer & C. Lalive d’Epinay (Ed.), *Interactions familiales et constructions de l’intimité*, (pp. 75-88), Paris, L’Harmattan.
- Silva, Augusto Santos (1994), “A rutura com o senso comum nas Ciências Sociais”, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento
- Singly, François de (1992), “Contribuição para uma Sociologia dos interesses pessoais e colectivos na família ocidental”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 11, pp. 153-164.
- Singly, François de (2009), *Sociologie de la famille contemporaine*, Armand Colin, 3.ème edition refondue
- Singly, François de (1997), *Fortune et infortune de la femme mariée*, Quadrige/Puf
- Singly, François de (2005), *Le soi, le couple et la famille*, Armand Colin
- Singly, François de (2005), *Libres ensemble: l’individualisme dans la vie commune*, Armand Colin
- Torres, Anália (1992), “Fatalidade, culpa, desencontro: formas de ruptura conjugal”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 11, pp. 43-62.

Torres, Anália (2002), “Casamento: conversa a duas vozes e três andamentos”, *Análise Social*, 163, vol. XXXVII, 569-602

Vasconcelos, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, *Análise Social*, 163, vol. XXXVII, 507-544

Vatin, Florence (2002), “Évolution historique d’une pratique : le passage de l’adultère à l’infidélité”, *Sociétés*, 75

Welzer- Lang, Daniel, “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”, *Estudos Feministas*, ISSN 0104-026X, Florianópolis, Brasil.

ANEXOS

1) Variáveis de caracterização sociográfica e relacional (valores médios e desvio-padrão)

	Média	Desvio-Padrão
Sexo	,58	,494
Anos de escolaridade	17,05	3,836
Idade	33,069	12,2260
Coabitação	,1352	,34250
Namoro estável	,2736	,44650
Sem relacionamento amoroso	,2547	,43639

2) Variáveis das concepções sobre as relações amorosas (valores médios e desvio-padrão)

	Média	Desvio-padrão
Na sua opinião, o casamento/namoro estável inibe a liberdade individual dos cônjuges/namorados?	2,73	1,461
Casamento	2,23	,901
Nível de importância de aspetos profissionais e financeiros	2,82	,603
Nível de importância de aspetos expressivos	3,62	,288

3) Consistência interna das variáveis

- **Concordância com comportamentos de infidelidade numa relação**

Reliability Statistics		
Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha	N of Items
	Based on	
	Standardized Items	
,615	,636	4

- **Nível de importância de elementos expressivos numa relação**

Reliability Statistics		
Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha	N of Items
	Based on	
	Standardized Items	
,539	,554	6

- **Nível de importância de aspetos profissionais e financeiros**

Reliability Statistics		
Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha	N of Items
	Based on	
	Standardized Items	
,734	,739	2

- **Nível de influência das vivências do quotidiano numa infidelidade**

Reliability Statistics		
Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha	N of Items
	Based on	
	Standardized Items	
,749	,752	3

4) Inquérito por questionário



Inquérito por Questionário

REPRESENTAÇÕES SOBRE A INFIDELIDADE

Este inquérito destina-se exclusivamente à realização de uma investigação sociológica sobre as Representações sobre a Infidelidade no casamento e em namoros estáveis, com vista à obtenção do grau de Mestre em Sociologia e Planeamento pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Agradecemos a sua colaboração, garantindo toda a confidencialidade das informações prestadas, bem como a sua utilização apenas para fins científicos.

Muito obrigado.

1. Numa relação conjugal ou de namoro estável, considere os seguintes aspetos e atribua-lhes o seu grau de importância.

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Paixão				
Afeto				
Sexualidade				
Amor				
Casamento				
Fidelidade				
Estabilidade financeira				
Carreira profissional				
Amizade				

2. Na sua opinião, é aceitável ter uma relação com outra pessoa paralela ao casamento/namoro estável?

Discordo totalmente	<input type="checkbox"/>
Discordo muito	<input type="checkbox"/>
Discordo	<input type="checkbox"/>
Concordo	<input type="checkbox"/>
Concordo muito	<input type="checkbox"/>
Concordo totalmente	<input type="checkbox"/>

3. Na sua opinião, existe amor sem fidelidade?

Discordo totalmente	<input type="checkbox"/>
Discordo muito	<input type="checkbox"/>
Discordo	<input type="checkbox"/>
Concordo	<input type="checkbox"/>
Concordo muito	<input type="checkbox"/>
Concordo totalmente	<input type="checkbox"/>

4. Na sua opinião, o casamento/namoro estável inibe a liberdade individual dos cônjuges/ namorados?

Discordo Totalmente	<input type="checkbox"/>
Discordo Muito	<input type="checkbox"/>
Discordo	<input type="checkbox"/>
Concordo	<input type="checkbox"/>
Concordo Muito	<input type="checkbox"/>
Concordo Totalmente	<input type="checkbox"/>

5. Qual a percepção que tem acerca da evolução da infidelidade nos casamentos e namoros estáveis, relativamente à geração dos seus pais?

- Atualmente a infidelidade é **muito maior** do que na geração dos meus pais.
- Atualmente a infidelidade é **ligeiramente maior** do que na geração dos meus pais.
- Não há diferenças consideráveis quanto à infidelidade nas duas gerações.
- Atualmente a infidelidade é **ligeiramente menor** do que na geração dos meus pais.
- Atualmente a infidelidade é **muito menor** do que na geração dos meus pais.

<input type="checkbox"/>

6. Qual a percepção que tem acerca da aceitação/condenação da infidelidade nos casamentos e namoros estáveis, relativamente à geração dos seus pais?

- Atualmente a infidelidade é **muito mais condenada** do que na geração dos meus pais.
- Atualmente a infidelidade é **um pouco mais condenada** do que na geração dos meus pais.
- Não há diferenças quanto à aceitação/condenação da infidelidade nas duas gerações.
- Atualmente a infidelidade é **um pouco mais aceite** do que na geração dos meus pais.
- Atualmente a infidelidade é **muito mais aceite** do que na geração dos meus pais.

<input type="checkbox"/>

7. Numa escala de 1 a 10, qual o grau de influência dos seguintes aspectos na constituição de uma relação amorosa fora do casamento ou do namoro estável? Para cada valor abaixo indicado, considere 1 a não existência de qualquer influência, e 10 a existência de uma influência determinante.

	Nenhuma influência					Influência determinante				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Insatisfação relacional	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Quotidiano rotineiro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Desejo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ter liberdade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Monotonia na relação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Insatisfação sexual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Saturação do outro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sentimento amoroso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

8. Indique o grau de concordância com as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo muito	Concordo pouco	Discordo pouco	Discordo muito	Discordo totalmente
Se o meu/minha companheiro/a tivesse uma relação com outra pessoa iria procurar entender as suas razões.						
Aceita-se mais facilmente a infidelidade feminina nos dias de hoje comparativamente ao passado.						
Se o/a meu/minha companheiro/a tivesse uma relação com outra pessoa seria capaz de o/a perdoar.						
Aceito mais facilmente a infidelidade de um homem comparativamente à de uma mulher.						
A fidelidade é obrigatória num casamento/namoro estável.						
Seria capaz de ter uma relação com outra pessoa fora do casamento ou do namoro estável.						
Aceita-se mais facilmente a infidelidade masculina nos dias de hoje comparativamente ao passado.						
Aceito que o meu/minha companheiro/a tenha uma relação com outra pessoa fora do casamento ou do namoro estável.						

9. Tem alguma relação amorosa neste momento?

Sim

Não

10. Indique qual foi o maior período de tempo em que esteve num casamento/namoro estável.

_____ (anos) _____ (meses)

11. Como caracteriza a sua situação relacional atual?

Relação conjugal	<input type="checkbox"/>	
Coabitação	<input type="checkbox"/>	
Namoro estável	<input type="checkbox"/>	
Sem relacionamento amoroso	<input type="checkbox"/>	
Outra	<input type="checkbox"/>	

Qual? _____

12. Idade _____ anos

13. Nacionalidade _____

14. Sexo

Masculino	<input type="checkbox"/>
Feminino	<input type="checkbox"/>

15. Estado Civil

Solteiro	<input type="checkbox"/>
Casado	<input type="checkbox"/>
União de facto	<input type="checkbox"/>
Separado	<input type="checkbox"/>
Divorciado	<input type="checkbox"/>
Viúvo	<input type="checkbox"/>

16. Religião

Católica	<input type="checkbox"/>	
Ortodoxa	<input type="checkbox"/>	
Protestante	<input type="checkbox"/>	
Anglicana	<input type="checkbox"/>	
Judaica	<input type="checkbox"/>	
Muçulmana	<input type="checkbox"/>	
Hinduísmo	<input type="checkbox"/>	
Budismo	<input type="checkbox"/>	
Sem Religião	<input type="checkbox"/>	
Outra	<input type="checkbox"/>	

Qual? _____

17. Indique o nível máximo de habilitações académicas completas que obteve até ao momento.

Sei ler e escrever, mas não frequentei a escola	<input type="checkbox"/>
1º Ciclo Completo (Escola Primária)	<input type="checkbox"/>
2º Ciclo Completo (5º e 6º ano)	<input type="checkbox"/>
3º Ciclo Completo (7º, 8º e 9º)	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário Completo (10º, 11º e 12º)	<input type="checkbox"/>
Bacharelato	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>

18. Condição perante o trabalho

Trabalhador por conta própria	<input type="checkbox"/>	
Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>	
Estudante	<input type="checkbox"/>	
Doméstica	<input type="checkbox"/>	
Desempregado	<input type="checkbox"/>	
Reformado	<input type="checkbox"/>	
Outra	<input type="checkbox"/>	Qual? _____

19. Profissão

Dirigentes de empresas e organismos públicos	<input type="checkbox"/>
Profissionais intelectuais, científicos e técnicos/quadros superiores	<input type="checkbox"/>
Técnicos intermédios/quadros médios	<input type="checkbox"/>
Empregados administrativos, comércio e serviços pessoais	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores de agricultura e pescas	<input type="checkbox"/>
Artesãos, operários e condutores	<input type="checkbox"/>

Europass-Curriculum Vitae



Informação pessoal

Apelido (s) / Nome (s) próprio (s) **Freire, João Sérgio da Cunha**
Morada (s) Rua dos Pinheiros, nº 50 Pinhal do Vidal
2855-276 Corroios
Telefone (s) Telemóvel: 927658546
Correio (s) eletrónico (s) joaofreire86@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 18.04.1986 (26 anos)
Sexo Masculino

Emprego pretendido / Área funcional **Estudos de Mercado**

Experiência profissional

Datas	De Outubro de 2010 -
Função ou cargo ocupado	Escriturário (Part-time)
Principais atividades e responsabilidades	Organização, análise e arquivo documental; Atendimento de clientes; Encaminhamento de processos
Nome e morada do empregador	Gabinete de Contabilidade Repolho
Tipo de empresa ou sector	Contabilidade
Datas	De Janeiro de 2010 a Setembro de 2010
Função ou cargo ocupado	Cocoordenador de Centro de Negócios e de Formação
Principais atividades e responsabilidades	Participação no processo de conceção e inserção da empresa no mercado; Recrutamento e seleção de candidatos; Agendamento, preparação e realização de reuniões com clientes e parceiros; Gestão de Clientes; Receção, atendimento, apoio logístico e operacional a clientes; Atendimento telefónico e Organização da agenda; Construção textual do <i>site</i> da empresa; Publicidade; Gestão dos Escritórios Virtuais; Gestão do Centro de Formação
Nome e morada do empregador	SBA Empreenda
Tipo de empresa ou sector	Formação e Empresarial
Datas	De Novembro de 2009 a Janeiro de 2010
Função ou cargo ocupado	Assistente de Call-Center
Principais atividades e responsabilidades	Realização de inquéritos telefónicos aos clientes nacionais e internacionais no âmbito do Projecto de Avaliação Anual promovido pela empresa
Nome e morada do empregador	Novabase
Tipo de empresa ou sector	Tecnologias de Informação
Datas	Outubro de 2009
Função ou cargo ocupado	Assistente de Call-Center

Principais atividades e responsabilidades	Realização de inquéritos telefónicos aos clientes
Nome e morada do empregador	Contact Center
Tipo de empresa ou sector	Comunicação

Educação e formação

Datas	De Setembro de 2004 a Junho de 2007
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Sociologia e Planeamento
Principais disciplinas/competências profissionais	Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica; Análise de Dados em SPSS, Laboratório de Planeamento
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	12 Valores
Datas	De Setembro de 2001 a Junho de 2004
Designação da qualificação atribuída	Ensino Secundário completo
Principais disciplinas/competências profissionais	Sociologia, Inglês VIII, Alemão III, Português A, Métodos Quantitativos, Técnicas de Tradução de Inglês
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Escola Secundária João de Barros
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	15 Valores

Aptidões e competências pessoais

Língua(s) materna(s) **Portuguesa**

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu ()*

Inglês

Alemão

Francês

Compreensão

Compreensão oral		Leitura	
C2	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente
A1	Utilizador elementar	A2	Utilizador elementar
C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente

Conversa

Interacção oral		Produção oral	
B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente
A1	Utilizador elementar	A1	Utilizador elementar
B1	Utilizador independente	B1	Utilizador independente

Escrita

C1	Utilizador experiente
A2	Utilizador elementar
B2	Utilizador independente

(*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

Aptidões e competências sociais

Boas capacidades comunicacionais (faladas e escritas);
 Gosto pelo trabalho em equipa;
 Capacidade de gestão de conflitos e situações imprevistas;
 Capacidade de socialização e aprendizagem;
 Capacidade de Auto motivação e motivação do próximo;
 Capacidade de adaptação a múltiplos contextos
 Vontade de aprender e espírito de sacrifício

Aptidões e competências de organização	Capacidade de gestão de projetos e equipas adquirida em contexto profissional e académico Capacidade de coordenação e planeamento de projetos adquirida em contexto profissional e académico
Aptidões e competências técnicas	Possui o Certificado de Aptidão Pedagógica (CAP) após frequentar o Curso de Formação Pedagógica Inicial para Formadores na empresa NHK – Formação e Novas Tecnologias Unipessoal Lda. com a classificação de Totalmente Suficiente (classificação máxima)
Aptidões e competências informáticas	Experiência profissional e ao nível da formação académica em SPSS (Statistical Package for Social Sciences); Bons conhecimentos em Lime Survey adquiridos em contexto de investigação Bons conhecimentos ao nível da Microsoft Project Domínio do software Office (Word, Excel, PowerPoint)
Aptidões e competências artísticas	Capacidade e gosto pela escrita
Outras aptidões e competências	Prática desportiva (Futebol, Surf e Yoga) Literatura e escrita
Carta de condução	Tipo B (Ligeiros)
Informações complementares	Coordenação e participação na realização de um estudo de opinião sobre as Eleições Legislativas e Autárquicas no concelho de Cuba Participação em estudos de mercado da marca DIESE Participação em vários projetos de investigação com funções de recolha e tratamento de dados estatísticos A realizar uma investigação no âmbito do Mestrado em Sociologia e Planeamento do ISCTE-IUL